



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANIELE DE SOUZA PEREIRA**

**RELAÇÕES CHINA-ÁFRICA: A ESTRATÉGIA POLÍTICA E  
ECONÔMICA DA CHINA NO CONTINENTE AFRICANO**

**JOÃO PESSOA – PB  
2011**

**ANIELE DE SOUZA PEREIRA**

**RELAÇÕES CHINA-ÁFRICA: A ESTRATÉGIA POLÍTICA E  
ECONÔMICA DA CHINA NO CONTINENTE AFRICANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Estadual da Paraíba em  
cumprimento à exigência para obtenção do  
diploma de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira

JOÃO PESSOA – PB  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

P436r      Pereira, Aniele de Souza.  
Relações China-África: a estratégia política e econômica da  
China no continente africano / Aniele de Souza Pereira. – 2011.  
58f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações  
Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Relações  
Internacionais, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira, Curso  
de Relações Internacionais”.

1. Relações internacionais – China - África. 2. Política Externa  
- Chinesa. 3. Estratégica política e econômica- China. I. Título.

21. ed. CDD 327.5106

**FOLHA DE DEFESA COM OS MEMBROS DA BANCA**

**ALUNO(A): ANIELE DE SOUZA PEREIRA**  
**MATRÍCULA: 072526084**

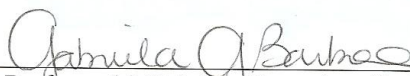
**RELAÇÕES CHINA-ÁFRICA: A ESTRATÉGIA POLÍTICA E ECONÔMICA  
DA CHINA NO CONTINENTE AFRICANO.**

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.



---

Professor(a) Henrique Altemani de Oliveira (Orientador(a)) - UEPB



---

Professor(a) Gabriela Gonçalves Barbosa - UEPB



---

Professor(a) Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior - UFPB

João Pessoa, 02 de dezembro de 2011.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus.  
Ao meu pai, Francisco Pereira, minha mãe,  
Maria Niece Souza, meus irmãos, Aline e  
Rogério e meus amigos, pelo apoio, carinho,  
dedicação e compreensão, em todos os  
momentos da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e pela certeza de que não estou sozinha na minha caminhada.

Ao meu pai, Francisco Silva Pereira, que apesar da ausência não mediu esforços para que eu concluísse os meus estudos.

À minha mãe, Maria Niece Alves de Souza, pelo amor incondicional, por ter sido pai e mãe ao mesmo tempo e por se fazer sempre presente, apesar da distância.

Aos meus irmãos Aline e Rogério, pelo incentivo e pelo exemplo de vida, me encorajando a nunca, jamais, desistir dos meus sonhos.

Aos meus avós, José e Irineia, e sobrinhos, Felipe e Fernanda, pelo amor demonstrado em cada momento que passamos juntos.

À minha amiga de infância, Reisa Pinheiro, pelo carinho e preocupação.

À minha amiga Jane Eyre Fernandes, por sempre me estender a mão e por ser tão prestativa.

Aos meus amigos, Luciane Araújo, Thalita Francielly e Marcílio Rezende pelo companheirismo e pelos momentos maravilhosos que passamos juntos durante quatro anos e meio de curso.

Às minhas amigas, Pryscilla Rodrigues e Niara Porto, pelo carinho e atenção.

À minha *roommate*, Jackeline Kércia, pela paciência na convivência diária.

Ao professor Henrique Altemani de Oliveira pelo incentivo, orientação e, principalmente, pela paz de espírito e pela leveza nas palavras, elementos cruciais que contribuíram fundamentalmente para a conclusão deste trabalho.

À professora Gabriela Gonçalves, pelo apoio amigo e profissional.

A todos os professores de Relações Internacionais da UEPB e aos que já passaram pela instituição, pelo carinho, dedicação e apressado demonstrado ao longo do curso, e que contribuíram para a minha formação acadêmica, em especial o professor Augusto Teixeira, um dos melhores professores que já tivemos.

A todos os funcionários da UEPB, em especial as secretárias Kaline Barbosa e Sandra Maranhão pelo carinho e amizade.

À UEPB e a todos aqueles que contribuíram, de maneira direta ou indireta, para a realização deste trabalho.

Our meeting today will go down in history. We, leaders of China and African countries, in a common pursuit of friendship, peace, cooperation and development, are gathered in Beijing today to renew friendship, discuss ways of growing China-Africa relations and promote unity and cooperation among developing countries.

(Hu Jintao, 04 de novembro de 2006)

## RESUMO

As relações China-África – o maior país em desenvolvimento do mundo e o continente com o maior número de países em desenvolvimento – estão em evidência no cenário internacional. Tal parceria iniciou-se na década de 1950, paralelamente à formulação dos princípios que norteiam a política externa chinesa, que tem hoje a África como uma de suas prioridades. Ao longo das décadas (1950-2000), os laços sino-africanos foram reforçados de acordo com as possibilidades e os interesses de ambas as partes. Desta forma, mediante resgate histórico, a relação China-África é analisada a partir dos interesses e das perspectivas chinesas, destacando tanto os interesses políticos, como os econômicos para entender como ambos resultaram em uma estratégia de engajamento com o Continente Africano, desenvolvida pelo governo chinês e definida por Pequim como sendo um relacionamento *win-win*, preocupando a comunidade internacional acerca das conseqüências da influência que a República Popular da China representa uma região que abriga 54 Estados-Nação.

**Palavras-chaves:** China; África; estratégia.



## **ABSTRACT**

China-Africa relations – the world's largest developing country and the continent with the largest number of developing countries – are in evidence on the international scene. This partnership began in the 1950s, alongside the development of principles guiding Chinese foreign policy, which now has Africa as a priority. Over the decades (1950-2000), Sino-African ties have been strengthened in accordance with the possibilities and interests of both parties. This way, through a historical, China-Africa relationship is analyzed based on the interests and prospects in China, highlighting both the political and economic interests to understand how both resulted in a strategy of engagement with the African continent, developed by the Chinese government and defined by Beijing as a win-win relationship, worrying the international community about the consequences of the influence that the People's Republic of China portrays in a region that has 54 nation states.

**Key-words:** China, Africa; strategy.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. CHINA ONTEM E HOJE: A CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA PARA A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO SÉCULO XXI .....	11
1.1. Breve Trajetória da República Popular da China: construindo as diretrizes que norteiam a Política Externa de Pequim .....	12
1.2. Delineando os Eixos da Política Externa Chinesa: o continente africano responde satisfatoriamente as necessidades político-econômicas de Pequim .....	21
1.2.1. As necessidades chinesas.....	21
1.2.2. A política externa chinesa no século XXI .....	22
1.2.3. A importância política e econômica do Continente Africano .....	24
2. A ESTRATÉGIA POLÍTICA E ECONÔMICA DA CHINA NO CONTINENTE AFRICANO .....	27
2.1. A Grande Estratégia .....	27
2.2. Mecanismos Políticos e Econômicos da Estratégia Chinesa na África .....	29
2.3. O Início do Engajamento Chinês na África .....	34
2.4. A Estratégia Chinesa na África no Século XXI .....	42
3. AS RELAÇÕES CHINA-ÁFRICA E O OCIDENTE: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA PARCERIA SINO-AFRICANA .....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	53
REFERÊNCIAS .....	55

## INTRODUÇÃO

Falar em relações China-África parece novidade se as compararmos com o dueto EUA-URSS ou ainda às relações luso-brasileiras, devido ao fato de estarmos mais familiarizados com essas duas últimas; seja por questões históricas, seja por fatos que marcaram as relações internacionais. Contudo, a segunda maior economia do mundo é grande parceira comercial do Continente Africano, em uma relação que não se restringe ao campo econômico, pois a África ocupa lugar de destaque na política externa chinesa. Curiosamente, os princípios base que compõem a política externa de Pequim formaram-se paralelamente ao início do relacionamento diplomático sino-africano, na década de 1950.

Partindo da perspectiva chinesa, isto é, dos interesses e possibilidades chinesas, a proposta deste trabalho é analisar as relações China-África desde o seu estabelecimento político até a sua forte guinada econômica na última década, no intuito de entendermos *por que* a República Popular da China desenvolveu uma parceria estratégica com a África – um continente com o maior número de países menos desenvolvidos do mundo – e *como* Pequim tem conseguido, até hoje, isto é, por mais de 50 anos, se fazer presente em uma região marcada por severos problemas sociais e diversos conflitos políticos e que, além disso, sofreu décadas de colonização e exploração por outras grandes potências mundiais.

Por entendermos que a trajetória política da República Popular da China é crucial para a compreensão da formação da sua política externa (por ter direcionado os passos de Pequim no cenário internacional, principalmente no seu relacionamento com a África), o primeiro capítulo faz um percurso político e econômico da recém formada República Popular da China em 1949, com especial destaque para a Conferência Afro-Asiática realizada em 1955, em Bandung, Indonésia: o primeiro grande encontro de países da Ásia e da África. Na ocasião, os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” – núcleo básico da diplomacia chinesa –, formulados um ano antes pelo governo chinês, seriam adotados pelos 29 países ali presentes, grande parte deles, africanos.

Desta forma, os princípios base da política externa chinesa, o engajamento com o Continente Africano e o diálogo com os países em desenvolvimento são as grandes contribuições que o período de 1950-1990 traz para a China, pois todos esses elementos, direta ou indiretamente, estão refletidos na política externa chinesa do século XXI, que tem a África como uma de suas prioridades, não só pelos laços políticos de longa data, mas pelo

fato de o Continente se configurar em uma região que atende as necessidades chinesas, sejam elas de caráter político ou econômico.

Logo, em decorrência das intenções chinesas de se transformar em um ator com poder não só regional, mas também internacional, Pequim desenvolve uma “grande estratégia” política e econômica, em meados da década de 1990, para elevar o País à categoria de potência internacional. Assim, a presença da China no Continente Africano – parte desta “grande estratégia” –, é analisada no segundo capítulo a fim de esclarecer *como* a prioridade dada ao Continente tem se traduzido em uma estratégia de engajamento com a África, principalmente com relação à diplomacia do petróleo, recurso estratégico para Pequim.

Contudo, isto não significa que anteriormente o relacionamento sino-africano não possuía laços firmes. Muito pelo contrário, a trajetória da RPC é retomada, ainda no segundo capítulo, no intuito de ressaltar a importância que o Continente representou para a China ao longo do percurso analisado no primeiro capítulo (1950-1990). Pois, apesar de ainda não existir nesse período uma estratégia de engajamento com a África, os passos dados por Pequim no Continente não eram diferentes das prerrogativas que seriam estabelecidas em 2000, no lançamento do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC): plataforma de diálogo político para fortalecer o engajamento da China no Continente. A partir do Fórum, a estratégia chinesa emprega os principais mecanismos políticos e econômicos para ampliar a cooperação, em uma abordagem completamente diferente, em alguns aspectos, da maneira Ocidental de negociação com a África.

Assim, seria impossível estudar a relação China-África à luz apenas de sua bilateralidade, o que requer o esclarecimento das problemáticas que giram em torno dessa questão, tema do terceiro capítulo. Pois, apesar das vantagens econômicas que os investimentos chineses têm proporcionado aos países africanos, a China tem sido alvo de inúmeras críticas, das quais destacamos a exploração dos recursos naturais, as violações aos Direitos Humanos e a “ameaça” que o modelo chinês traz aos princípios democráticos.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho gira em torno da desenvoltura chinesa para conseguir estabelecer e manter relações com um continente tão peculiar de forma que ambas as partes encontram interesses comuns nessa parceria, assim como, conseguem alcançar benefícios satisfatórios. A análise será pautada em base de dados oficiais, de investimentos feitos, de retornos adquiridos, de fatos ocorridos, e não de meras especulações avaliativas acerca das intenções chinesas, contribuindo, assim, com o entendimento da atual configuração de relações existentes entre a China e o Continente Africano.

## 1. CHINA ONTEM E HOJE: A CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA PARA A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO SÉCULO XXI

No início deste ano (2011), mais precisamente no mês de fevereiro, o mundo inteiro conhecia a China como segunda maior economia do mundo. Com mais de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, a República Popular da China possui cerca de 600 mil empresas estrangeiras operando em seu território<sup>1</sup>, com uma capacidade de produzir em alta escala, exportando para todos os outros continentes<sup>2</sup>. Esse ritmo de produção é revelado nos números do PIB<sup>3</sup>, chinês que tem crescido em torno de 10% ao ano, fazendo da RPC a maior economia do Continente Asiático.

A China é o único país em desenvolvimento que ocupa o lugar de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. Além das Nações Unidas, também participa dos principais foros de negociações multilaterais internacionais, dos quais podemos citar a OMC e o G20. Pertencendo ao grupo das grandes potências nucleares e detendo numerosa quantidade de reservas internacionais<sup>4</sup> – grande parte delas investida no tesouro norte americano –, a RPC não tem seu escopo de atuação restringido somente ao clube dos países desenvolvidos, atuando, principalmente, em organizações que tem como estandarte a defesa dos interesses dos países em desenvolvimento.

Localizada no leste da Ásia, a China faz fronteira com 14 países, com os quais, apesar de algumas divergências históricas, mantém relações estáveis mediante uma política de convivência pacífica no seu entorno regional, onde o aumento dos fluxos comerciais é devido, em grande medida, ao incremento do comércio exterior chinês. Não apenas no Fórum de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC, o envolvimento chinês nas dinâmicas de integração regional também é visto no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN (e suas extensões, ASEAN+3 e ARF) e, principalmente, na iniciativa da criação de um foro intergovernamental de segurança, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) – *Shanghai Cooperation Organization (SCO)* em inglês.

---

<sup>1</sup> GUIMARÃES NETO, 2008, p. 14.

<sup>2</sup> Ranking mundial, exportações. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2078rank.html>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 14 de setembro de 2011.

<sup>4</sup> Ranking mundial, reservas internacionais. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2188rank.html>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

O país que mais cresceu nas últimas duas décadas possui, ainda, muitas dificuldades pela frente, tanto políticas – Taiwan –, como econômicas – manter o ritmo de crescimento. Contudo, para uma melhor compreensão dos desafios que o gigante asiático enfrenta no século XXI, é *mister* fazermos um retorno à recém criada República Popular da China para entendermos a trajetória política e econômica dessa potência emergente.

### **1.1. Breve Trajetória da República Popular da China: construindo as diretrizes que norteiam a Política Externa de Pequim**

A República Popular da China nasce da revolução chinesa de 1949<sup>5</sup>, da qual o Partido Comunista Chinês (PCC) emerge como vencedor e, mediante a liderança de Mao Zedong, governa a mais recente República Popular asiática. Apesar de alcançar a vitória, o PCC ainda se via ameaçado pelo Partido Nacionalista, Guomindang, que ao se exilar na ilha de Formosa (Taiwan), deixou claro suas intenções de retomar o poder político chinês. Assim, a consolidação do Partido Comunista tornou-se prioridade, o que só ocorreria mediante reformas econômicas que respondessem às necessidades internas.

Nesse contexto, o 1º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico Nacional é lançado com o objetivo de firmar bases para a industrialização e moldar a estrutura interna de maneira que o Estado exercesse controle sob os rumos econômicos do país. Outra preocupação do Partido dizia respeito às questões territoriais, pois devido às invasões ocorridas no final do século XIX e início do século XX<sup>6</sup>, Pequim começou a cuidar das conseqüências da guerra, isto é, além de restaurar e desenvolver a economia nacional, a ideologia de Mao<sup>7</sup> era claramente guiada por princípios antiimperialistas, voltados para a defesa da soberania territorial.

No âmbito internacional, a vitória dos comunistas em Pequim não foi bem vista pelos Estados Unidos, pois uma vez acabada a Segunda Guerra Mundial, a estrutura bipolar da

---

<sup>5</sup> Em 1911, o movimento nacionalista chinês derrubou a Dinastia Manchu e proclamou a República do “Império do Meio”. Nas décadas seguintes segue-se uma série de conflitos entre forças nacionalistas e comunistas que culminam na Revolução Comunista de Outubro de 1949, mediante a qual os comunistas tomam o poder e proclamam a República Popular da China.

<sup>6</sup> Guerra sino-japonesa, 1894-1895: Japão derrota militarmente a China e incorpora Taiwan a seu território convertendo-a em colônia Japonesa; invasão da Manchúria em 1931 e da China em 1937 pelas tropas imperialistas japonesas.

<sup>7</sup> Liderou a República Popular da China desde a sua criação, em 1949, até sua morte, em 1976.

Guerra Fria colocava o mundo dividido entre dois campos ideológicos. A aproximação de Pequim à URSS, mediante o Tratado de Aliança, Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua<sup>8</sup>, refletiu o não-alinhamento da China com Washington, culminando na ruptura de relações diplomáticas com os EUA. Ao romper com esta potência, a República Popular é retirada das Nações Unidas e passa a enfrentar um bloqueio econômico, conseguindo reconhecimento diplomático apenas da URSS e de alguns países da Europa e da Ásia.

No entorno regional chinês, o envolvimento de Pequim na Guerra da Coreia pode ser caracterizado pelo que Martins<sup>9</sup> chama de “*diplomacia entre los pueblos*”, pela qual Pequim buscava reconhecimento internacional e aproximava-se dos países vizinhos. Nesse sentido, a RPC organizou, em outubro de 1952, na sua capital, a Conferência de Paz da Ásia e do Pacífico no intuito de por fim aos combates no Vietnã e na Malásia. Posteriormente, em junho de 1954, estreou multilateralmente na Conferência de paz de Genebra, para restaurar a paz tanto entre as duas Coreias, como na antiga Indochina e, no ano seguinte – momento crucial para a RPC – a participação de Pequim na Conferência afro-asiática celebrada em Bandung<sup>10</sup>, Indonésia, encerrou o ciclo de conferências desta década.

Além de ter sido o embrião do Movimento Não-Alinhado<sup>11</sup> e ter promovido a cooperação econômica afro-asiática, a importância de Bandung pode ser resumida em alguns pontos: i) significou uma oportunidade para Pequim romper com o bloqueio norte-americano e aumentar as relações com os países em desenvolvimento; ii) formulação por parte de Pequim de uma política de coexistência pacífica revelada nos cinco princípios (respeito recíproco pela soberania e integridade territorial; não agressão mútua; não intervenção nos assuntos internos de outros países; cooperação e coexistência pacífica) os quais “*constituyen*

---

<sup>8</sup> Com vigência de 30 anos, a essência estratégica desse tratado era a de um pacto militar destinado explicitamente a prevenir o ressurgimento da ameaça japonesa na Ásia, mas implicitamente estava dirigido a neutralizar os EUA e seus aliados.

<sup>9</sup> MARTINS, 2005, p.253.

<sup>10</sup> A Conferência afro-asiática realizada em 1955, em Bandung, Indonésia, reuniu líderes de 29 Estados asiáticos e africanos, com o objetivo de promover a cooperação econômica e cultural afro-asiática como forma de oposição ao imperialismo e colonialismo.

<sup>11</sup> O Movimento dos Países Não-Alinhados é um Movimento de 115 membros que representam os interesses e prioridades dos países em desenvolvimento. O Movimento tem a sua origem na Conferência Ásia-África realizada em Bandung, na Indonésia, em 1955. Reuniu lideranças de 29 estados, a maioria ex-colônias, dos dois continentes da África e Ásia, para discutir problemas comuns e para desenvolver soluções conjuntas políticas nas relações internacionais. Na reunião os líderes do Terceiro Mundo compartilharam seus problemas semelhantes de resistir às pressões das grandes potências, mantendo sua independência e se opor ao colonialismo e neocolonialismo, a dominação especialmente ocidentais. Disponível em: <<http://www.nam.gov.za/background/history.htm>>. Acesso em: 14 de novembro de 2011.

*el núcleo básico de la diplomacia del gobierno chino*”<sup>12</sup>; iii) presença da maioria dos países que acabavam de se tornar independentes, permitindo que a China estabelecesse contato político com diversos governos e iv)

colocó al tercer mundo y sus intereses firmemente en la agenda internacional; contribuyó a la deslegitimación del colonialismo y a la proliferación de las demandas de independencia y, en términos de política internacional, fue el precursor del movimiento no alineado. [Pequim] se presentó como una nación en desarrollo y dispuesta a la coexistencia pacífica con cualquier tipo de regímenes políticos<sup>13</sup>.

A participação nos conflitos da antiga Indochina e na Guerra da Coreia, juntamente com a boa dose de pragmatismo que marcou o momento Bandung, no qual os interesses do Estado moviam a RPC a um diálogo político de caráter multilateral, deixaram a questão da soberania territorial em segundo plano, pois ao se envolver no conflito coreano,

la República Popular perdió la oportunidad de recuperar Taiwan, porque el gobierno del GMD suscribió un tratado de defensa y ayuda mutua con Estados Unidos, y quedo bajo la protección de esta superpotencia que, simultáneamente, aplico un embargo económico a la República Popular, y uso su influencia en la ONU, que entonces era dominante, para excluir de ella al régimen comunista chino por más de dos décadas.<sup>14</sup>

Com ou sem Taiwan na linha de frente das prioridades chinesas, a década de 1950 foi a raiz do relacionamento político e diplomático da RPC com países em desenvolvimento. Tratava-se de uma diplomacia dirigida a governos nacionalistas afro-asiáticos, caracterizada pela solidariedade com movimentos revolucionários ou antiimperialistas, utilizando “la ayuda económica para obtener el reconocimiento diplomático de algunos de estos países, retirando su apoyo al gobierno de Taiwan”<sup>15</sup>.

A complementaridade entre os objetivos de Bandung e os interesses chineses – oposição ao colonialismo e ao imperialismo, seja dos EUA, seja da URSS – abriram espaço para o relacionamento com os países africanos, pois representavam a maioria dos países presentes na Conferência. Aqueles princípios, originados nas questões da Índia com relação ao Tibet, foram adotados pelos 29 países participantes em Bandung e perduram até hoje. O engajamento com o mundo em desenvolvimento estava apenas começando.

---

<sup>12</sup> RIOS, 2005, p.14.

<sup>13</sup> ANGUIANO, 2001, p. 207

<sup>14</sup> Ibid, p. 203.

<sup>15</sup> MARTINS, 2005, p. 256.



Embora o fator ideológico contribuísse para uma aproximação sino-soviética, não era do interesse de Pequim estar sob a esfera de influência de nenhum dos lados, mas sim buscar autonomia ante a estrutura bipolar, daí uma estratégia de posicionamento com os países do Terceiro Mundo, oportunidade oferecida por Bandung e que Pequim, sabiamente, soube aproveitar.

Internamente, com seu modelo de economia planificada, Pequim entusiasma-se com os resultados do 1º Plano Quinquenal e adota mudanças que faziam parte de uma proposta ousada de crescimento econômico: mediante um Grande Salto Adiante (GSA) se requeria que a produção de 1958 fosse o dobro da de 1957. Contudo, essa “busca cega de alta velocidade econômica, tendo como resultado a adoção de metas altas impraticáveis”<sup>16</sup> teve conseqüências devastadoras.

O GSA era um projeto autóctone, mediante o qual Pequim contaria com os próprios recursos isolando-se dos blocos de poder dominantes para adquirir autonomia tanto por parte da URSS como dos EUA. Contudo, o desenvolvimento da indústria pesada chinesa nos moldes soviéticos contribuiu para o cisma com a URSS em 1958, resultando na retirada da ajuda técnica e de recursos financeiros que vinham de Moscou<sup>17</sup>. Além disso, o fracasso do GSA acirrou as dificuldades internas e causou danos ao desenvolvimento social e econômico da China, servindo de catalisador para que setores reformistas fizessem oposição à liderança de Mao, este, por sua vez, responde com a Revolução Cultural<sup>18</sup> e, durante anos, radicais *versus* moderados lutam pelo poder.

Devido à ruptura com a URSS, a preocupação maior para o regime comunista chinês nesses anos foi neutralizar a ameaça – real ou imaginária – que os soviéticos representavam para a segurança da RPC. Mais uma vez o governo chinês necessitava de apoio internacional e buscava aumentar seus parceiros comerciais. Para romper o isolamento, a saída de Pequim foi dirigir-se até os novos países independentes da Ásia, África e América Latina que, neste momento, também precisavam do apoio chinês com relação ao reconhecimento internacional<sup>19</sup>. Assim, “entre 1971 y 1976, Beijing formalizo relaciones con 53 naciones: de África, 22; Asia y Pacífico, diez, entre ellas Japón, Malasia, Filipinas y Tailandia, que habían

<sup>16</sup> ZHENG, 2004, p. 79.

<sup>17</sup> RIOS, 2005, p. 148.

<sup>18</sup> Campanha político-ideológica desenvolvida a partir de 1966 na República Popular da China pelo então líder do Partido Comunista Chinês, Mao Zedong, cujo objetivo era neutralizar a crescente oposição que lhe faziam alguns setores menos radicais do partido, em decorrência do fracasso do Grande Salto Adiante.

<sup>19</sup> Apesar de a RPC ter estabelecido contato político com os países da Ásia e da África em Bandung, muitos deles ainda não haviam completado seu processo de independência.

sido parte sustantiva de la estrategia estadounidense para aislar a China comunista; once europeus, y diez de América”<sup>20</sup>.

O início da década de 1970 foi crucial para o desenvolvimento das relações internacionais da República Popular da China. No período de 1950-1971 as relações Pequim-Washington foram afetadas tanto pelo componente ideológico – contribuindo para que em 1954 fosse criada a SEATO (Organização do Tratado do Sudeste Asiático), garantindo a presença militar dos EUA na região para bloquear possíveis avanços comunistas no Sudeste Asiático – como pelos conflitos regionais. Mas, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, há uma reaproximação com os EUA em função das ameaças soviéticas, culminando no retorno de Pequim à Organização das Nações Unidas em 1971. Outros fatores também contribuiriam para a reaproximação, dentre eles:

El repliegue de la presencia militar estadounidense en Indochina [...] el creciente despliegue de tropas convencionales y estratégicas (nucleares) de la Unión Soviética en sus provincias asiáticas y en territorio mongol, lo cual constituía una amenaza directa a la seguridad del Estado chino. Por último, el gobierno de Nixon [...] pronto dio muestras públicas en cuanto a disociarse de cualquier tipo de desígnios coercitivos que tuviera la Unión Soviética en contra de China.<sup>21</sup>

Durante a 6ª sessão especial da Assembléia Geral da ONU em 1974 sobre matérias primas e desenvolvimento, Deng Xiaoping, então secretário-geral do Partido Comunista Chinês, levantou a chamada Teoria dos Três Mundos<sup>22</sup>, desenvolvida por Mao Zedong em 1972, afirmando o compromisso e o engajamento chinês com os países em desenvolvimento, sendo esta “*la línea maestra de la diplomacia china*”<sup>23</sup>. Representava igualmente a indicação de que, apesar do aval americano para reinserção na ONU e na comunidade internacional, a China não estava nem do lado americano nem do soviético, isto é, a reafirmação do posicionamento político-diplomático iniciado em Bandung, há 20 anos. O compromisso chinês com os países do Terceiro Mundo assumiu um caráter de liderança, no qual a China sentia-se no dever de apoiar os países que enfrentaram os mesmos problemas que outrora afetaram Pequim: a luta contra o imperialismo, a independência e o desenvolvimento.

---

<sup>20</sup> ANGUIANO, 2001, p. 248.

<sup>21</sup> Ibid, p. 240-41.

<sup>22</sup> A Teoria dos Três Mundos, desenvolvida pelo líder chinês Mao Zedong, propõe que as Relações Internacionais compreendem três mundos político-econômicos: o Primeiro Mundo, as superpotências; o Segundo Mundo, os países desenvolvidos aliados das superpotências e o Terceiro Mundo, os países subdesenvolvidos.

<sup>23</sup> YANG, 2005, p. 34.

Entre 1950 y 1985, Beijing concedió ayuda a 87 países, entre los cuales 20 estaban en Asia, 46 en África y 16 en América Latina y Pacífico Sur. [...] Solamente entre 1970 y 1978, China concedió ayuda exterior a 37 países en 470 proyectos, [...]. El proyecto más importante fue la construcción del ferrocarril Tanzania-Zambia entre 1970 y 1975, que costó 455 millones de US\$, un quinto de la ayuda económica china a África<sup>24</sup>.

Se por um lado o posicionamento político-diplomático foi reforçado mediante o fortalecimento da inserção da China Popular no sistema institucional internacional – reingresso na ONU, ingresso no FMI e no Banco Mundial, presença na Organização Internacional de Energia Atômica, FAO etc. – e pelo alargamento dos parceiros no Terceiro Mundo, por outro, as relações econômicas do gigante asiático passariam por uma mudança sem precedentes na história da China.

Na 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista em dezembro de 1978, decide-se, mediante quatro modernizações (agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia) uma nova estratégia de desenvolvimento – após o fracasso da tentativa do GSA – que, segundo Cornejo<sup>25</sup>, significava a linha básica do projeto de reformas, com ênfase nas relações econômicas com o exterior. Internamente, um dos principais planos foi o estabelecimento de cinco Zonas Econômicas Especiais, Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e a Ilha Hainan “como janelas principais para a política chinesa de abertura e casos-piloto na reforma econômica”<sup>26</sup>.

No que tange à política internacional, o desmoronamento do bloco socialista, a queda do muro de Berlim e o fim do Estado soviético contribuiram para uma aproximação Pequim-Moscou, pois esta já não representava uma ameaça à segurança chinesa. Assim, para coroar o restabelecimento do diálogo diplomático, Mikhail Gorbachov visitou a China, em maio de 1989, para formalizar o fim do distanciamento entre os dois países, que começara no final década de 1950. Era um momento histórico para Pequim, de relações diplomáticas com a maioria dos países do mundo e de desenvolvimento econômico a todo vapor.

Contudo, a abertura econômica ao exterior influenciou alguns setores internos a acreditarem na possibilidade de que essas reformas poderiam se estender para além da esfera econômica, permitindo maior participação política, que se traduziria na quinta modernização – democracia. Surgiram então manifestações estudantis – e setores sociais insatisfeitos com a

---

<sup>24</sup> MARTINS, 2005, p. 257.

<sup>25</sup> CORNEJO, 2008, p. 77.

<sup>26</sup> LU ZHENG, 2004, p. 98.

inflação e o desemprego – que reivindicavam maior abertura política e protestavam contra a corrupção administrativa. Em 04 de junho, os manifestantes alcançaram Tiananmen<sup>27</sup> e o Exército de Libertação Nacional repreendeu o protesto de maneira agressiva, sendo o episódio também conhecido como “Massacre da Praça da Paz Celestial”.

Devido à visita de Gorbachov – de 15 a 18 de maio de 1989 – jornalistas do mundo inteiro cobriram o evento, relatando o andamento dos fatos que logo fariam a RPC receber duras críticas internacionais acompanhadas de um embargo econômico encabeçado por EUA, Europa e Japão. Assim, os desafios estavam postos: a sobrevivência do regime comunista diante do levante em prol da quinta modernização, restaurando a unidade nacional e, no plano externo, recuperar um mínimo de legitimidade política ante o crescimento econômico chinês.

De pronto, el régimen comunista chino se encontraba ante la amenaza de verse nuevamente excluido de la comunidad internacional [...]. Pero a diferencia de cuando se inició la República Popular [...] en esta ocasión las presiones sobre China se manifestaron principalmente en lo económico y político, sin que hubiera la más remota intención de los detractores, de romper relaciones con el régimen chino ni, mucho menos, de excluirlo o destruirlo<sup>28</sup>.

Em defesa do ocorrido, Pequim salientava a necessidade de assegurar os direitos econômicos, sociais e culturais em primeiro lugar – sendo o desenvolvimento econômico o direito primordial. Assim, em 1992, o Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês definiu o ambiente econômico chinês como sendo um “sistema econômico de socialismo de mercado”<sup>29</sup>, caracterizando a era Deng – 1978 a 1992 – pela guinada econômica e pelo fim do antagonismo com a URSS.

Como Oliveira<sup>30</sup> bem coloca, o pós Tiananmen abriu espaço para que analistas políticos e acadêmicos divulgassem na mídia internacional a perspectiva de um possível “Colapso da China”, dando à imagem da RPC uma visão negativa que, após a normalização da situação interna, se traduziu na divulgação internacional da “Teoria da China Ameaçada” exigindo uma resposta do governo. Com a percepção das dificuldades enfrentadas pelas críticas internacionais, a terminologia “ameaçada” não vinha a calhar, principalmente no momento em que desenvolvimento econômico e diálogo político encaminhavam a China a um patamar internacional jamais alcançado antes.

---

<sup>27</sup> O Tiananmen, Tian’anmen ou Portão da Paz Celestial é um famoso monumento em Pequim amplamente utilizado como símbolo nacional.

<sup>28</sup> ANGUIANO, 2001, p. 262.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, 2009, p. 62.

<sup>30</sup> Ibid, 2009, p. 68.

Desse modo, os *policymakers* chineses adotaram o termo “ascensão pacífica”, tanto para dissipar a percepção de ameaça na comunidade internacional como para tranquilizar seus parceiros políticos e comerciais acerca das suas pretensões externas. Assim, o “desenvolvimento harmônico” passou a simbolizar o posicionamento chinês nas relações internacionais, pois apesar da repressão a Tiananmen, a prioridade da China continuou sendo a paz e o desenvolvimento, espelhados através da imagem que Pequim tentava passar: de um país responsável, com o estabelecimento de relações pacíficas com todos os países do mundo, especialmente seus vizinhos.

Enquanto Pequim dava sinais claros acerca de suas intenções pacíficas no cenário internacional, Grã-Bretanha e Portugal mantinham diálogos constantes para negociar a devolução de suas ex-colônias, Hong Kong e Macao, respectivamente. Assim, ambas retornam à jurisdição da RPC na qualidade de regiões administrativas especiais, Hong Kong em 1997 e Macao em 1999. Mas a província rebelde (Taiwan), a única condição imposta pela RPC – o não reconhecimento ao governo de Taipei<sup>31</sup> – nas suas relações político-diplomáticas com qualquer Estado-nação, permanecia uma questão em aberto.

Note-se que tanto Pequim quanto Taiwan, desde 1949, mantinham a posição similar da existência de uma só China. Com isto, ou se mantinha relações diplomáticas com a RPC ou com a Taiwan. Assim, desde sua readmissão às Nações Unidas, a República Popular da China tem exigido aos países com os quais estabelece relações oficiais, a ruptura de relações diplomáticas com Taiwan, declarando explicitamente que o único governo legítimo da China é o de Pequim.

Não pode haver duas Chinas, nem nas organizações multilaterais nem nas relações diplomáticas de país para país. Logo, a fórmula de “um país, dois sistemas” torna-se a política estatal para a unificação territorial da China a partir de sua aprovação pela Assembléia Nacional em 1985, uma tentativa por parte de Deng de encontrar uma solução para os problemas relativos a Hong Kong, Macao e Taiwan. Esta estratégia definia a existência de um só país, a RPC, e a possibilidade da coexistência de sistemas políticos diferenciados, sendo que cada unidade retornada teria autonomia (por cinquenta anos) e Pequim teria a responsabilidade pela defesa e pela política externa<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Taipei é a capital da República da China (Taiwan), sendo comum o uso da expressão “Taipei chinês” para se referir à ilha de Taiwan.

<sup>32</sup> YANG, 2005, p.37

Enquanto as restituições territoriais começavam a ser concretizadas mediante a devolução de Hong Kong e Macao à soberania chinesa, Taiwan persistia nos três nãos: “*no contacto, no negociación, no concesiones*”<sup>33</sup>.

Lo que resulta claro en estos momentos es que ni el acelerado crecimiento y apertura de la economía china, como tampoco el atractivo de ‘uno país, dos sistemas’ han sido suficientes estímulos para que Taiwan acepte una reincorporación a China, por más que ésta se diera en condiciones de autonomía todavía más amplias que las de Hong Kong o Macao<sup>34</sup>.

Na década seguinte, podemos dizer que houve certo abrandamento da relação Pequim-Taipei, devido ao aumento do intercâmbio comercial, favorecendo a coexistência pacífica, priorizando o desenvolvimento econômico. Ademais, o então presidente Chen Shui-bian, em uma atitude de moderação, afirmou não declarar a independência de Taiwan, não mudar o nome do país e não celebrar um referendo para mudar o *status quo* acerca da independência ou da unificação<sup>35</sup>.

A reintegração de Taiwan é assunto de Estado, de vital importância para o regime comunista, de maneira que Pequim declara veementemente que qualquer interferência internacional nos assuntos internos relacionados a Taipei, Tibet e Xinjiang alcançaria efeitos desastrosos. Na possibilidade de qualquer conflito com Taiwan, a RPC estaria em um embate direto com os EUA, pois “Taiwan es parte ineludible de la soberania china y no se renunciará a Ella aunque tuviera que recurrirse al uso de la fuerza y enfrentar las consecuencias de cualquier crisis de alcance global que una acción bélica pudiera concitar”<sup>36</sup>.

O pós 11 de setembro de 2001 traz a cooperação bilateral, na área da segurança, como característica marcante das relações sino-americanas. A clareza da ameaça comum de terrorismo internacional afastou a agenda de controvérsias, principalmente com relação à Taiwan. O desenvolvimento coordenado da defesa nacional tornou-se critério compartilhado diante das ameaças terroristas que surgiam no mundo, os EUA estavam agora enfrentando um inimigo que a China já priorizara em sua agenda de defesa, no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai, desde a década de 1990<sup>37</sup>.

---

<sup>33</sup> RIOS, 2008, p. 601.

<sup>34</sup> ANGUIANO, 2005, p. 313.

<sup>35</sup> RIOS, op. cit, p. 604-5.

<sup>36</sup> ANGUIANO, 2008, p. 62.

<sup>37</sup> A segurança militar é a prioridade na agenda da OCS que tem o terrorismo, o separatismo e o extremismo como preocupações centrais.

## 1.2. Delineando os Eixos da Política Externa Chinesa: o continente africano responde satisfatoriamente as necessidades político-econômicas de Pequim

### 1.2.1. As necessidades chinesas

Alimentar a maior população do mundo não tem sido tarefa fácil, o que tem preocupado o governo chinês, principalmente quando as estatísticas revelam que a população continua a crescer e pode alcançar 1,4bi de habitantes em 2025 e 1,6bi<sup>38</sup> em 2050, alertando os setores governamentais a buscarem soluções para este quadro, tendo em vista que menos de 10% de seus 9 600 000 km<sup>2</sup> são agricultáveis<sup>39</sup>.

Se somarmos as populações da Índia, do Paquistão, do Bangladesh, do Afeganistão, dos países da Indochina e das ilhas da Indonésia, teremos ali mais da metade da população do mundo. Sem a revolução tecnológica que encontre novas fontes de energia e alimentos, será muito difícil a manutenção da paz<sup>40</sup>.

A exigência de um posicionamento que responda a esta realidade demanda uma estratégia que não incorra em instabilidade interna, tendo em vista que, segundo Martins, o período de “grande fome” do GSA foi causado não por falta de recursos, mas por medidas políticas erradas<sup>41</sup>. Além disso, apesar de o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza na China ter diminuído de 490 milhões em 1981 (ou 49% da população) para 88 milhões em 2003 (7% da população)<sup>42</sup>, Pequim ainda possui mais de 200 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza<sup>43</sup> e uma renda nacional per capita que torna a relação campo-cidade marcada pela forte disparidade social.

Quanto aos recursos naturais, 70% das águas subterrâneas estão contaminadas e 16 das 20 cidades mais poluídas do mundo estão na China, que, por sua vez, ocupa o segundo posto em emissão de dióxido de carbono<sup>44</sup>. Além disso, atualmente, a China necessita de 832 toneladas de petróleo para produzir US\$ 1 milhão em riquezas, isto é, quatro vezes mais que os EUA (209 ton.), seis vezes mais que a Alemanha (138 ton.) e sete vezes mais que o Japão

---

<sup>38</sup> MARTINS, 2008, p. 74.

<sup>39</sup> *Ibid*, p. 75.

<sup>40</sup> SANTAYANA, 2008, p.63.

<sup>41</sup> MARTINS, 2008, p. 82.

<sup>42</sup> JABBOUR, 2008, p. 163.

<sup>43</sup> RAINE, 2009, p.09.

<sup>44</sup> JABBOUR, *op. cit.*, p. 167.

(118,8 ton.)<sup>45</sup>. Em 2006, a China importou 145 milhões de toneladas de petróleo cru, mais de 40% de seu consumo total, estabelecendo outro recorde na história<sup>46</sup>.

Ademais, de 1978 a 2000 o consumo total de energia na China mais do que dobrou, passando de 57 144 tec (toneladas do equivalente da cola) para 128 000 tec<sup>47</sup>, superando o Japão como o segundo maior país consumidor de energia, perdendo apenas para os EUA<sup>48</sup>. A dinâmica do crescimento chinês depende do acesso às matérias-primas, isto é, a garantia da expansão de fontes de suprimento de energia e matérias-primas necessárias para a produtividade interna e para suprir a demanda do seu crescimento econômico. Deste modo, não surpreende o fato de que a busca por recursos estratégicos figurem como prioridade na política externa chinesa.

### 1.2.2. A política externa chinesa no século XXI

A participação da RPC em Bandung, embrião das diretrizes da política externa chinesa, representou a iniciação de Pequim como partícipe das agendas dos países em desenvolvimento, tanto na Ásia, como na África. Ao estabelecer os cinco princípios de coexistência pacífica na raiz do relacionamento diplomático chinês e afirmar que o engajamento com o Terceiro Mundo era “*la línea maestra de la diplomacia china*”, a base da política externa chinesa molda-se da seguinte maneira: os países do Terceiro Mundo são grandes aliados, pois estes compartilham dos mesmos interesses de Pequim no cenário internacional; o envolvimento chinês não possui intenções imperialistas nem intervencionistas e, não possui caráter de domínio ou exploração. Pelo contrário, a coexistência pacífica – “*el principio guía de la política exterior china*”<sup>49</sup> –, a não-intervenção nos assuntos internos, a não agressão, a cooperação e o respeito mútuo pela soberania e pela integridade territorial são os mandamentos sagrados das relações exteriores chinesas.

Arelado a esta base de princípios está o posicionamento da China no sistema internacional no século XXI, possuindo vestígios de um passado que deixou como herança: i) a autonomia internacional, demonstrada tanto no não-alinhamento na Guerra Fria como na

---

<sup>45</sup> JABBOUR, 2008, p. 167.

<sup>46</sup> PAN-GUANG, 2008, p. 250.

<sup>47</sup> Ibid, p. 249.

<sup>48</sup> PAN-GUANG, op. cit., p. 250.

<sup>49</sup> RIOS, 2005, p. 13.



tentativa de desenvolvimento autóctone e ii) o pragmatismo do Estado chinês, demonstrado tanto no seu entorno regional, como no desejo de conjugar dois sistemas econômicos aparentemente opostos para alavancar o desenvolvimento nacional.

A base normativa da política externa chinesa, que tem como *línea maestra* a aliança com o mundo em desenvolvimento, sob os desígnios de um governo autônomo que não se submete a nenhum tipo hegemonia internacional e busca uma nova ordem mundial mais justa, tanto política, como economicamente, é uma combinação um tanto intrigante para um País que tem surpreendido as metas de crescimento econômico mundial, os montantes de reservas internacionais, os números das exportações mundiais e a redução da pobreza mundial.

Podemos sintetizar em três pontos as questões herdadas da trajetória chinesa desde a década de 1950 que hoje ainda figuram como metas na política externa de Pequim: i) a defesa da soberania do país – autonomia internacional; ii) a preservação da unidade nacional – integridade territorial e, iii) a manutenção do desenvolvimento econômico.

A soberania do País é garantida devido à estabilidade do regime interno, o que tem sido possível graças ao rigoroso controle exercido pelo Partido Comunista Chinês mediante políticas de desenvolvimento econômico, que tem conseguido atender às necessidades internas – a retirada de milhões de pessoas da pobreza foi um marco importante neste sentido – de maneira a evitar um ambiente de reivindicações que conseqüentemente afetaria os rumos da política externa, sendo Taiwan a única fissura na total consolidação do Estado chinês, contrariando a soberania nacional e a integridade territorial. Assim, o relacionamento de Pequim com qualquer nação passou a ser dogmaticamente condicionado à ruptura de relações com Taiwan.

Por outro lado, a manutenção do ritmo de crescimento que tem movido Pequim a uma busca sem fronteiras rumo a novas fontes de recursos naturais, é uma prioridade econômica que tem sido realizada de forma independente e autônoma. A RPC está ciente de que apenas em um ambiente internacional pacífico tal crescimento será alcançado. Para tanto, o apoio político dos parceiros comerciais da China é crucial no intuito de dissipar entraves que possam surgir e porventura se configurem como barreira às metas econômicas chinesas.

A permanência do PCC no poder<sup>50</sup> e a manutenção do ritmo de crescimento econômico, isto é, a estabilidade política, social, e econômica dependem do sucesso de

---

<sup>50</sup> “[...] the only thing that lends de facto legitimacy to Communist Party rule is economic growth”. TAYLOR, 2009, p. 15.

Pequim em traduzir na política externa uma estratégia que responda aos interesses do governo, estabelecendo um conjunto de metas na sua agenda política no intuito que, de alguma forma, um desses pontos sejam contemplados. O conceito de segurança é o elo que une aqueles três pontos: trata-se da segurança do regime interno, da segurança territorial e da segurança econômica traduzidos no dueto segurança e desenvolvimento, combinação essencial para uma atuação política exitosa da República Popular China no cenário internacional, pois “la política exterior china persigue tres objetivos esenciales: independencia, seguridad y desarrollo<sup>51</sup>”.

Pôr em prática esta estratégia significa garantir o desenvolvimento chinês mediante a preservação do ritmo de crescimento nacional proporcionado graças à garantia de recursos naturais, que são possíveis devido às relações comerciais com países – a maioria deles em desenvolvimento – que detêm tais recursos, culminando no reconhecimento de Pequim em detrimento do rompimento das relações com Taiwan.

Nesse sentido, a complementaridade política e econômica que o Continente Africano representa tem levado Pequim a um maior envolvimento com a África. Pois, sendo uma região economicamente viável, isto é, possui os recursos de que Pequim necessita e, além disso, aloja a maior quantidade de países em desenvolvimento – parceiros políticos de longa data (1950) –, torna o relacionamento sino-africano uma equação economicamente viável e politicamente necessária, e *vice-versa*. Assim, por atender satisfatoriamente a esses requisitos, o Continente Africano tem *status* privilegiado na política externa chinesa.

### *1.2.3. A importância política e econômica do Continente Africano*

O Continente Africano é o segundo maior continente do globo (depois da Ásia) com mais de 30 milhões de quilômetros quadrados e cerca de 800 milhões de habitantes distribuídos entre 54 países de tamanhos e riquezas diferentes entre si. Dividida em duas partes – o norte, mais árabe, e o sul, predominantemente negro – pelo Deserto do Saara, a

---

<sup>51</sup> RIOS, 2005, p.13.

África é a região com o maior número de países em desenvolvimento e com um PIB per capita de apenas US\$1,127<sup>52</sup>.

Os vestígios da colonização e do *apartheid*, atrelados aos aspectos negativos da globalização, configura uma realidade de nações que tem enfrentando problemas sociais – pobreza, fome, racismo, HIV –, econômicos – concentração dos países menos desenvolvidos do mundo<sup>53</sup> – e políticos – corrupção, conflitos étnicos, guerras civis. Hoje, a África conta com 54 países, conjunto que representa aproximadamente metade dos membros do Movimento Não-Alinhado e cerca de um terço dos representantes nas Nações Unidas<sup>54</sup>.

Nos assuntos internacionais, e particularmente no campo da diplomacia multilateral, com a regra ‘um país, um voto’, seguida pelas organizações internacionais – OMC, ONU –, os países africanos, que têm mais de 50 votos, alinhando-se com os países em desenvolvimento, constituem, como sempre, uma força não-desprezível<sup>55</sup>. A luta por equidade nos organismos internacionais comerciais (OMC) e financeiros (FMI) posiciona a África ao lado dos que defendem a democratização das instituições internacionais, de maneira que os interesses dos países da periferia do sistema sejam atendidos. Além disso, em escala internacional, o objetivo das nações africanas é que o Continente, como um todo, represente uma força dinâmica na arena global<sup>56</sup>.

[...] as a regional voting bloc, the African continent has the preponderance to affect the outcomes of significant issues. Building on its legacy of political solidarity with African nations that dates from the Non-Aligned Movement of the 1950s, China actively nurtures mutually supportive diplomatic relations with African states<sup>57</sup>.

A África dispõe de todas as potencialidades para se tornar um continente economicamente sustentável. É uma região rica em recursos naturais, quer seja o petróleo, os diamantes ou até os novos recursos para a produção de biocombustíveis, e atualmente

---

<sup>52</sup>

Disponível

em:

<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/0,,menuPK:258649~pagePK:158889~piPK:146815~theSitePK:258644,00.html>>. Acesso em: 08 de novembro de 2011.

<sup>53</sup> No Ranking dos países menos desenvolvidos das Nações Unidas, os países africanos correspondem a 28 dos 49 listados. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/region/LDC>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

<sup>54</sup> Países membros da ONU. Disponível em: <<http://www.un.org/en/members/index.shtml>>. Acesso: em 14 de novembro de 2011.

<sup>55</sup> Zhang Hong-Ming, 2004, p. 261.

<sup>56</sup> Site oficial da União Africana. Disponível em: <<http://www.au.int/en/about/nutshell>>. Acesso em: 14 de novembro de 2011.

<sup>57</sup> RUPP, 2008, p. 68.

abastece cerca de 12% do petróleo mundial<sup>58</sup>. Além de possuir vastas reservas de petróleo ainda inexploradas, “between 2001 and 2004, 85% of the world’s newly found oil reserves were located in West and Central Africa”<sup>59</sup>. Em contrapartida, mais da metade dos países menos desenvolvidos do mundo são africanos, países que necessitam de investimentos externos para alavancar suas economias e melhorar o desenvolvimento. Ademais, seus mercados domésticos são relativamente pequenos e, com algumas exceções, a maioria deles não possui uma base industrial aprimorada.

A África é o continente com o maior número de países em desenvolvimento, e a China é o maior país em desenvolvimento. Obter apoio político nos fóruns de negociação internacional tem sido parte essencial da estratégia diplomática chinesa, pois a República Popular da China busca, em nome dos países do Terceiro Mundo, uma nova ordem internacional multipolar e, principalmente, sem lideranças mundiais, sem alinhamentos a centros hegemônicos de poder.

As potências ocidentais, e não a China, colonizaram a África e saquearam seus recursos; Pequim, em contrapartida, apoiou os movimentos de independência nacional e não participou da “Partilha da África”. O passado de não-colonização africana por parte da China representa um fator crucial, que permite abertura das portas da África aos chineses. Ambos pertencem ao Terceiro Mundo, tiveram o mesmo passado, sofreram a opressão e a exploração do imperialismo e do colonialismo e têm as mesmas pretensões para a política internacional. As duas partes estão ligadas por interesses econômicos comuns e juntas representam, por exemplo, uma forte coalizão sul-sul na OMC, opondo-se aos padrões hegemônicos dominantes.

Em termos econômicos, a saturação dos mercados de exportação atrelada à receptividade dos produtos manufaturados chineses de baixo valor, particularmente atrativos à região onde cerca da metade da população vive com US\$ 1,25 por dia<sup>60</sup>, faz da África ator importante para a economia da RPC, fornecendo uma saída para as companhias chinesas, que enfrentam um mercado interno saturado e uma capacidade de produção excedente. Ou seja,

<sup>58</sup> “Oil & Gas - China investing to secure energy supply”. Disponível em: <<http://www.fm.co.za/Article.aspx?id=154652>>. Acesso em: 14 de novembro de 2011.

<sup>59</sup> RAINE, 2009, p.38.

<sup>60</sup> “Africa Regional Brief”. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/0,,menuPK:258652~pagePK:146732~piPK:146828~theSitePK:258644,00.html>>. Acesso em: 19 de novembro de 2011.

forte compatibilidade entre os produtos manufaturados chineses e o mercado africano, com seus bilhões de potenciais consumidores.

Cada país da África é diferente, assim, de acordo com os interesses que possui, diferente é a abordagem do governo chinês com cada um deles. Contudo, de uma forma geral, o engajamento no Continente Africano tem se baseado numa estratégia política e economicamente bem definida. Por um lado, garantido a segurança do desenvolvimento chinês e a manutenção de seu ritmo de crescimento e, por outro, estabelecendo relações diplomáticas com o Continente no intuito de desenvolver uma parceria que confira a Pequim apoio político e diplomático nas mais diversas questões internacionais, principalmente naquelas em que a postura da RPC vai de encontro aos preceitos ocidentais de comportamento internacional.

## **2. A ESTRATÉGIA POLÍTICA E ECONÔMICA DA CHINA NO CONTINENTE AFRICANO**

*“China’s quest for energy security is more than a simple economics. It is about China’s overall development strategy”<sup>61</sup>*

### **2.1. A Grande Estratégia**

Segundo Anguiano<sup>62</sup>, dentro da liderança do Partido Comunista da China, havia, desde 1996, consenso para implantar uma “grande estratégia” diplomática, que servisse de motor para elevar o país à categoria de verdadeira potência, atuante no sistema internacional. Após os eventos de Tiananmen, como bem coloca Oliveira<sup>63</sup>, ficou claro que Pequim necessitava 1) assegurar no plano internacional as condições necessárias ao prosseguimento tranquilo da edificação de uma China próspera e desenvolvida e 2) reduzir a possibilidade de os EUA, ou terceiros países com o apoio americano, frustrarem o projeto chinês.

---

<sup>61</sup> TAYLOR, 2007, p.14.

<sup>62</sup> ANGUIANO, 2008, p. 36.

<sup>63</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 337.

O termo “grande estratégia” citado por Anguiano deve ser entendido “en el sentido que com frecuencia le dan los especialistas em relaciones internacionales: el uso que hace un Estado-nación de una clara combinación de médios militares, políticos y econômicos para afianzar su seguridad nacional”<sup>64</sup>. Esta “grande estratégia é bem mais do que a clássica estratégia militar. Tomam-se em conta, na abordagem da defesa nacional, e para além das preocupações puramente militares, métodos e objetivos políticos e econômicos”<sup>65</sup>.

Os princípios-guia da diplomacia chinesa que fundamentam a grande estratégia são os seguintes: manter o princípio da independência e autonomia; não se aliar com quaisquer países ou blocos de Estados; manter a paz mundial e determinar a atitude e as políticas a partir dos interesses fundamentais de Estado em todos os assuntos internacionais, o que constitui o fundamento da política exterior da China. Em segundo lugar, desenvolver relações amigáveis e de cooperação com todos os países, de acordo com os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Em terceiro, fazer da igualdade e das vantagens recíprocas os alicerces dessa cooperação, isto é, uma relação *win-win*. E, por último, de acordo com a política de ‘um Estado, dois sistemas’, resolver os problemas históricos por meio de negociações pacíficas, a fim de realizar a reunificação chinesa e manter a soberania do país<sup>66</sup>.

Oliveira ainda acrescenta que a estratégia de engajamento chinês baseia-se na concepção de que (a) todos os países são iguais e potência alguma pode ditar o comportamento deles; (b) é necessário barrar a monopolização do poder mundial, instituindo um poder colegiado de países, com as Nações Unidas como a base institucional; (c) a nova ordem precisará incluir a idéia de um relacionamento econômico de novo tipo, mais voltada para os países em desenvolvimento. “Onde esses pontos encontravam eco, buscavam os chineses obter o estabelecimento de uma ‘parceria’, rotulada ‘parceria estratégica’ quando era mais profundo o entendimento”<sup>67</sup>. Esta estratégia tem norteado os passos de Pequim nas relações internacionais no século XXI.

Como qualquer outro país, a política externa da China destina-se a servir seus interesses domésticos. Logo, seria irresponsabilidade por parte dos *policymakers* chineses não traçar uma estratégia de ação que respondesse às necessidades do Estado, principalmente diante dos números alarmantes das estatísticas internacionais acerca dos recursos naturais. Além disso, o acesso a tais recursos demanda uma estratégia tanto econômica, como política,

---

<sup>64</sup> ANGUIANO, 2008, p. 37.

<sup>65</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 337.

<sup>66</sup> ZANG HONG-MING, 2004, p.260.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 341.

isto é, a busca aos recursos naturais não é uma questão apenas de desenvolvimento econômico, mas principalmente de segurança nacional<sup>68</sup>. Com essa perspectiva, a estratégia de engajamento com o Continente Africano é parte da “grande estratégia” chinesa, sendo uma região na qual Pequim tem buscado não apenas os recursos de que necessita, mas, principalmente, apoio político para a nova ordem mundial.

## 2.2. Mecanismos Políticos e Econômicos da Estratégia Chinesa na África

É impossível dissociar a estratégia política da econômica. Trata-se de uma estratégia na qual os interesses do Estado são traduzidos em medidas políticas e econômicas que se reforçam mutuamente no intuito de responder da melhor forma possível às necessidades chinesas. Se os interesses políticos precisam ser alcançados, os instrumentos econômicos disponíveis serão utilizados para tal; se as metas econômicas precisam ser alcançadas, os mecanismos políticos entram em ação.

Cada passo que Pequim tem dado no continente africano reflete aqueles princípios-chave da política externa chinesa, isto é, todos os países têm o direito de participar das negociações internacionais de maneira igualitária, independentemente de pertencerem ao Terceiro Mundo ou ao G8, por exemplo; nenhum país ou grupo de países possui o direito de impor sobre os demais a sua cultura, seus valores, ou interferir, sob qualquer pretexto – leia-se Direitos Humanos – nos assuntos internos de outros países, ou impor-lhes qualquer tipo de coerção econômica e, por último, a cooperação é base deste relacionamento, de maneira que não haja uma relação de exploração ou dominação econômica, mas sim uma parceria *win-win*.

From the outset, China applied the principles with impressive pragmatism. [...] in the face of its rhetoric of non-interference and non-aggression, that the PRC's relations with Africa were first properly developed. [...] As African nations won their independence, the PRC began to win new diplomatic recognition. The PRC's quest for diplomatic partners was helped by its pragmatic offer of immediate recognition to newly independent countries on the basis of the Five Principles, regardless of the political orientation of their leadership<sup>69</sup>.

Estavam lançadas as normas do *Consenso de Pequim*<sup>70</sup>, no qual a igualdade política internacional, o fortalecimento dos contatos pessoais e as visitas frequentes de funcionários de

---

<sup>68</sup> LE PRESTRE, 2000, p.423.

<sup>69</sup> RAINE, 2009, p.16.

<sup>70</sup> Ibid., p. 199.

alto escalão são traços marcantes de uma diplomacia de alto nível, existente nas relações China-África.

O fato de sempre reforçar sua posição de país em desenvolvimento, pertencente ao Terceiro Mundo, confere a Pequim um grau de igualdade com o Continente que possui o maior número de países em desenvolvimento, África. Apesar de todas as dificuldades políticas, econômicas e sociais que enfrenta, a África não é vista como um parceiro inferior ou de importância relativamente menor. Muito pelo contrário, os governos africanos são tratados de igual para igual, demonstrando a importância que o Continente representa para a RPC.

Esse grau de importância é visto nas visitas de alto nível que são feitas entre ambos os lados. Os chanceleres chineses começam as atividades diplomáticas de cada ano com uma viagem a vários países africanos como seu primeiro destino estrangeiro. Tal engajamento político é reforçado pelo contato interpessoal dos governantes sino-africanos, sendo esta a mais distinta característica do comportamento de negociação chinesa, isto é, o esforço para desenvolver e manipular fortes relações interpessoais. “This pattern of international engagement indicates that China engages in robust and reciprocal partnerships with Africa states at the highest levels of diplomacy, in contrast to Euro-American tendencies to treat African states as second-tier players<sup>71</sup>”.

Assim, tendo em vista que todos os países são iguais, independentemente do seu IDH ou do montante de reservas internacionais que possui, nenhum país ou grupo de países tem o direito de intervir nos assuntos internos de outros, pois o princípio de não-intervenção nos assuntos internos é *conditio sine qua non*<sup>72</sup> para a política externa chinesa. Além disso, a RPC ainda possui uma pendência não-resolvida – Taiwan – sob a qual o efeito de não intervenção acaba sendo recíproco: Taiwan é assunto interno e diz respeito somente à República Popular da China. E, por ser uma questão que afeta o pleno estabelecimento da soberania chinesa, isto é, sua integridade territorial, o rompimento de relações diplomáticas com Taiwan<sup>73</sup> é a *única condicionalidade* de Pequim para com seus parceiros políticos, na lógica da “*one China’ policy*”, que reconhece Taiwan apenas como uma província chinesa. “China’s goals are

---

<sup>71</sup> RUPP, 2008, p.68.

<sup>72</sup> Condição sem a qual não se faz tratado algum.

<sup>73</sup> Taiwan tem relações diplomáticas plenas com 23 estados, incluindo 12 na América Central, Sul e Caribe: quatro na África, seis na Oceania e um na Europa. Os quatro parceiros diplomáticos de Taipei na África são: Burkina Faso, Gâmbia, São Tomé e Príncipe e Suazilândia. Disponível em: < <http://www.gio.gov.tw/taiwan-website/5-gp/yearbook/05ForeignRelations.pdf> >. Acesso em: 16 de novembro de 2011.



ideological as well as material. In addition to gaining sovereign control over stable supplies of primary goods, China wants to marginalize Taiwan's engagement with Africa<sup>74</sup>.

A não-intervenção vem a calhar para os governos africanos, uma vez que estes sofreram sucessivas intervenções ocidentais e europeias nos seus assuntos internos, seja em conflitos políticos, em determinações econômicas ou em modelos de políticas sociais para lidar com os problemas do Continente. Assim, um relacionamento diplomático sem interferências externas com Pequim é mais favorável do que tê-lo sob a vigilância dos ditames ocidentais. “The absence of conditionality is a feature of China's soft Power diplomacy – China differentiates itself from other world powers by refusing to ‘make demands upon other nations’ sovereignty, economic models, governance or political culture’<sup>75</sup>”. Além disso, a realidade chinesa contribui para o fortalecimento da credibilidade do Consenso de Pequim: reformas econômicas que deram certo sem estar condicionadas a preceitos democráticos.

Com esses princípios estabelecidos, Pequim não se opõe aos governos africanos estabelecidos, não exige um pacote de medidas a serem cumpridas, não espera que os governos se tornem comunistas ou anti-americanos, ou socialistas, ou democráticos. Os assuntos internos dizem respeito apenas às autoridades internas. Pequim não tem interesse em “civilizar” a África.

Because does not regard itself as a new colonial power – it does not seek to govern subject peoples in Africa or impose a Chinese way of life and value system on indigenous inhabitants of the continent – it and its leaders repeatedly a noncolonial mantra. China is not attempting to ‘civilize’ Africa. Hence, its clean-hands stance regarding the controversies of Africa and its frequently proclaimed respect for African national sovereignty, no matter the quality of the regime in question<sup>76</sup>.

Todas essas prerrogativas anteriores só são possíveis graças ao controle do Partido Comunista Chinês, que disponibiliza uma série de instituições<sup>77</sup> que trabalham conjuntamente estabelecendo diretrizes para que cada decisão tomada pelo PCC resulte em medidas que correspondam aos interesses do governo, no intuito de que a cooperação sino-africana se dê da melhor forma possível. Essa teia de instituições dá suporte ao papel do Estado, uma vez que agem como facilitadoras e, frequentemente, garantem a criação de um ambiente favorável para as companhias chinesas operarem na África sob uma base segura.

---

<sup>74</sup> ROTBERG, 2008, p. 02.

<sup>75</sup> HUBRARD, 2008, p. 217.

<sup>76</sup> ROTBERG, 2008, p. 15-16.

<sup>77</sup> O Comitê Central do Partido, o Escritório de Assuntos Exteriores do Comitê Central, o Departamento Internacional, Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Comércio e o Ministério da Defesa e Libertação do Exército Popular (PLA), são alguns exemplos.

O engajamento da China com os países africanos tem sido um esforço de equipe, envolvendo empresas chinesas de petróleo, os bancos de importação e exportação dos países e suas agências econômicas e comerciais. Além disso, os laços que as estatais – *State-Owned Enterprises (SOEs)* – tem com o Partido e o governo fazem-nas poderosos e influentes agentes da política externa chinesa, em particular as NOCs – *National Oil Company*<sup>78</sup>. As principais NOCs emergiram na década de 1980, como um resultado da reestruturação do governo em gerir suas indústrias químicas e petrolíferas, mas apenas durante o 10º Plano Quinquenal (2001-2005) a política “*going global*”<sup>79</sup> foi desenvolvida, mediante a qual a RPC encoraja suas empresas a operarem no exterior através de incentivos fiscais e financeiros<sup>80</sup>.

Na esfera econômica, a estratégia chinesa é utilizar mecanismos que se adéquem a realidade africana e não contradigam aqueles princípios políticos estabelecidos na base do relacionamento. Assim, o apoio chinês é dado principalmente sob a forma de concessão de auxílios, empréstimos concessionais e empréstimos sem juros negociados em condições de pagamento altamente generosas e sem quaisquer condicionalidade política ou econômica. Pequim ainda fornece assistência financeira através de investimentos e subsídios e efetua o cancelamento das dívidas dos países africanos menos desenvolvidos mais endividados que possuem relações diplomáticas com a RPC. Uma estratégia fundamentada numa estrutura histórica e reforçada pela retórica oficial de igualdade, benefícios mútuos, não interferência e respeito à soberania.

China’s aid is supposed to be based on equality, mutual benefit, and respect for sovereignty of the host. Loans were to be nonconditional and interest free, with repayment easily rescheduled, and projects were designed to make the recipient self-reliant rather than dependent on China. [...] the frank emphasis on mutual benefit and the pledge of noninterference continue to distinguish China’s aid program from those programs operated by the West<sup>81</sup>.

Entendidas as abordagens políticas e econômicas utilizadas por Pequim para colocar em prática sua “grande estratégia” no continente africano, precisamos salientar que hoje os recursos naturais possuem uma relevância jamais vista no comércio internacional, gerando

<sup>78</sup> O mercado petrolífero chinês é dominado por grandes estatais – *China National Petroleum Corporation (CNPC)*, *Chinese National Petrochemical Corporation (Sinopec)*, *China Petroleum and Chemical Corporation (CPCC)* e *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)* – que atuam em cada nível do processo: exploração, produção, refinaria e distribuição.

<sup>79</sup> RAINE, 2009, p. 62.

<sup>80</sup> Há outros atores e instituições envolvidos no engajamento comercial da China: o Export-Import (ExIm) – bank e o *China Export and Credit Insurance Corporation (Sinosure)* oferecem suporte para as operações dessas companhias (CNPC, CPCC e CNOOC) em áreas difíceis, uma verdadeira garantia financeira que as incentiva a explorar mais mercados.

<sup>81</sup> BRAUTIGAM, 2008, p. 200.

inúmeras divergências tanto quanto a sua exploração como a sua distribuição. Isso requer que a China busque tais recursos sem abrir mão de sua autonomia para adquiri-los, isto é, as regras de acesso a fontes de recursos naturais não podem ser ditadas por terceiros – leia-se Ocidente. Assim, determinada a limitar sua vulnerabilidade no mercado internacional de petróleo, a RPC encoraja investimentos na África, principalmente em Estados que são negligenciados pelo Ocidente.

China's continued economic growth, a key factor in the country's stability and the Communist Party's legitimacy, requires the import of substantial supplies of energy, minerals and other materials. China's leaders appear to have concluded that the stakes are sufficiently high that it is too risky simply to compete for these crucial resources on the global market. Diversifying the sources of its priority goods is seen as a sensible way for a country to limit its exposure to risk<sup>82</sup>.

Africa is thus at the center of China's movement into the international extractive industry economies. The main strategic driver of Chinese ventures into Africa is Beijing's long-term strategy to remove its economy from international commodity markets. By acquiring commodity assets at source, negotiating prices with the recipient (African) government, and securing long-term supply contracts, China seeks to establish parallel markets that are removed from international commodity markets where prices are set in either London or New York<sup>83</sup>.

O Continente Africano oferece a China abrangentes oportunidades de diversificar suas fontes de petróleo em uma região onde o diálogo político possui um histórico respeitável e os laços diplomáticos estão consolidados. Logo, mediante a diplomacia do petróleo, Pequim busca garantir o fornecimento deste recurso para suprir as necessidades energéticas da economia chinesa, conduzindo o governo a aumentar o número de acordos de longo-prazo com os governos africanos, no intuito de garantir a continuidade de acesso a todas as matérias primas de que a RPC necessita.

The strategy chosen is basically to acquire foreign resources via long-term contracts as well as purchasing overseas assets in the energy industry. This policy is based on the desire to circumvent an over-reliance on the global oil market through either actually acquiring major stakes in Africa's oilfields or safeguarding access. Africa is a prime site because China confronts foreign competition. Chinese companies must go places for oil where American and European companies are not present. [...] China takes the long-term view vis-à-vis energy security, rather than the short-term view of private Western companies – a view necessitated by considerations of profits and shareholders<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> RAINE, 2009, p. 35-36.

<sup>83</sup> DAVIES, 2008, p. 151.

<sup>84</sup> TAYLOR, 2007, p. 13.

Pequim tem na necessidade de recursos naturais um forte motivo para celebrar acordos econômicos e comerciais com os países africanos. Contudo, a presença chinesa na África, assim como a celebração de inúmeros acordos, deu-se antes mesmo de os recursos energéticos figurarem como prioridade na agenda da política externa da RPC. Isso significa que, apesar da gritante necessidade em garantir o ritmo de crescimento econômico, esta não foi – e não é – a principal razão da presença chinesa no Continente.

### 2.3. O Início do Engajamento Chinês na África

O engajamento chinês no Continente Africano pode ser dividido em três períodos<sup>85</sup>: um período de relacionamento normal, ideologicamente direcionado (1949-1977); um período de transição (1978-1994) e um período de rápido desenvolvimento (1995 até hoje). O progresso do relacionamento sino-africano ao longo desses períodos tem sido caracterizado pela desenvoltura chinesa em buscar seus interesses mediante estratégias políticas e econômicas que se adequavam a cada período, beneficiando os dois lados em uma verdadeira relação *win-win*.

O primeiro período é fortemente marcado pelo estabelecimento de relações diplomáticas com os países recém independentes e apoio ativo ao processo de descolonização do Continente Africano, estendendo a influência política da China sobre a região. A maioria dos países que receberam ajuda durante nesse período tinham um governo socialista ou radical nacionalista. Foi o que aconteceu com Guiné. Imediatamente após sua declaração de independência, em outubro de 1958, Beijing felicitou o novo país e demonstrou seu reconhecimento. Em contrapartida, Guiné se converteu no primeiro país da África subsaariana a reconhecer a RPC.

Throughout the 1960s and 1970s, China developed close relations with many of those states, primarily based on a share ideological belief and political identity: anticolonialism, national independence, economic self-reliance, and developing world cooperation. Beijing provided substantial aid and other assistance to struggling African states in order to show that China was fully on the side of the developing world<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> LI ANSHAN, 2008, p. 22.

<sup>86</sup> JIANG, 2008, p. 51.

Apesar de a Revolução Cultural ter diminuído a quantidade de dinheiro que a China poderia utilizar com ajuda externa, as relações China-África resistiram a esse momento turbulento e, em setembro de 1967, a China se compromete a financiar e construir a ferrovia Tanzânia-Zâmbia (Tanzam), o maior projeto externo de infra-estrutura que a China já financiou<sup>87</sup>. O objetivo do projeto era libertar o litoral da Zâmbia da dependência comercial das rotas de transporte através de linhas ferroviárias para Rodésia (hoje Zimbábue), África do Sul e Moçambique. A construção se deu entre 1970-1975 e é vista como o símbolo do investimento chinês na África.

What is missing in so many countries of Africa is not the achievement of a particular MDG [Millennium Development Goal], such as universal primary education, important though that is. Rather it is the markets, trade, transport, investment, and infrastructure that makes it worthwhile for individuals and for enterprises to explore new products and new technologies. The focus on the MDGs and on the Poverty Reduction Strategy Papers (PRSPs) has diverted attention from the crucial role of the enabling environment and of the investment climate. And it would appear that it is precisely this element that China's wide-ranging engagement with African countries is beginning to supply<sup>88</sup>.

Em visita à África entre dezembro de 1963 a fevereiro de 1964, Zhou Enlai<sup>89</sup> proclamou, pela primeira vez, em nome do governo chinês, os Oito Princípios que Regem a Assistência Econômica e Tecnológica da China para Países Estrangeiros, e os Cinco Princípios que Regem Relações com os países Africanos e Árabes. Esses oito princípios esclareciam que, no momento da entrega da assistência estrangeira a soberania do país deve ser respeitada e que os empréstimos seriam sem juros ou a juros baixos com longo período de carência. Neste período, entre 1964 e 1969, 14 países africanos estabeleceram relações diplomáticas com a China e, no final de 1969, esse número aumentou para 19. Até o final de 1979, 25 novos países africanos tinham estabelecido relações diplomáticas com a China, chegando a 44.

O maior acontecimento que podemos citar como exemplo do apoio dos países africanos à RPC foi, sem dúvida, o retorno de Pequim à ONU. Na 26ª Assembléia Geral das Nações Unidas em 1971 a proposta anual da RPC para assumir o assento permanente da China no Conselho de Segurança da ONU finalmente obteve êxito. 26 países africanos apoiaram a moção reconhecendo Pequim como o único e legítimo representante da China nas

---

<sup>87</sup> DAVIES, 2008, p. 146.

<sup>88</sup> KING, Kenneth. China's aid to Africa: a view from China and Japan. p. 08. Disponível em: <<http://www0.hku.hk/cerc/KK-article/6.China-Aid%20to%20Africa.King.2007a.pdf>>. Acesso em: 27 de novembro de 2011.

<sup>89</sup> Zhou Enlai foi o primeiro premier da RPC, 1949-1976.

Nações Unidas, esses 26 representavam pouco mais de um terço dos votos pró-RPC. “La resolución de la ONU fue histórica, no solo por el cambio, sino porque ésta há sido la única vez que se expulsa a um miembro del sistema de las Naciones Unidas”<sup>90</sup>.

A defesa de uma ordem global multilateral na qual as instituições internacionais proporcionem participação igualitária aos países, isto é, que tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento tenham direito a voz e *voto* nas questões internacionais, faz com que a presença da China – líder do Terceiro Mundo – no Conselho de Segurança da ONU seja, no mínimo, interessante. Ademais, Pequim reafirma seu compromisso com a África ressaltando que, como membro permanente do CS da ONU, estará sempre ao lado dos países Africanos nas Nações Unidas e em outros fóruns internacionais, inclusive dando suporte e apoio ao posicionamento da União Africana<sup>91</sup>.

It is China’s seat among the permanent five (P5) members of the UN Security Council, and the power of veto that this brings, combined with China’s non-judgemental approach and its resistance to closely scrutinizing the behavior of its partners that seems to provide a greater incentive for African leaders to strengthen their ties with Beijing. Furthermore, China’s claims to developing-world status and its self-proclaimed role of advocate of the developing-world interests in international institutions such as the UN will become increasingly tenuous as China’s national interests, for example in world trade talks, evolve to reflect its continuing development<sup>92</sup>.

Por mais que o *status* dado a Taipei pelo governo da RPC seja de província rebelde, o PCC não mede esforços em diminuir a influência política da ilha no sistema internacional. Foi assim que, no início da década de 1960, além de intensificar seu relacionamento na África e na Ásia, Pequim dirige-se à América latina. Não por coincidência, mais uma vez a RPC traduz em pragmatismo político os interesses do Estado: a América Latina é a região onde se encontram a maioria dos países que reconhecem Taipei<sup>93</sup>. Ao aumentar relações diplomáticas com os países latinos implica, necessariamente, que tais países rompam relações com Taiwan, é a excelência do jogo de soma zero mais nítido das relações internacionais.

No segundo período de engajamento chinês no Continente, a reforma econômica moveu a China da sua visão de mundo ideológica, reestruturando seu relacionamento com África. A RPC passou a aplicar uma diplomacia aberta e, rejeitando as considerações ideológicas, estabeleceu relações de cooperação com países com sistemas sociais e

<sup>90</sup> ANGUIANO, 2001, p. 244.

<sup>91</sup> *Action Plan*, Segunda Conferência Ministerial do FOCAC, dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltda/dejbzjhy/DOC22009/t606801.htm>>. Acesso em: 16 de novembro de 2011.

<sup>92</sup> RAINE, 2009, p. 32.

<sup>93</sup> 12 dos 33 países da América latina e caribe reconhecem Taiwan.

econômicos diferentes, despolitizando as relações sino-africanas<sup>94</sup>. O foco das autoridades chinesas estava nos objetivos nacionais, isto é, no próprio desenvolvimento econômico nacional: ao invés de colocar a política em primeiro plano, a cooperação econômica e os intercâmbios comerciais foram priorizados, isto é, a política e a economia passaram a ter igual importância. A partir de então, a ajuda seria vista não mais como um meio de incentivo ao engajamento ideológico para um propósito revolucionário, mas como uma forma pragmática de estimular o comércio. Entre 1950 e 1980 a RPC financiou mais de 800 projetos na África, contribuindo com cerca de US\$ 5,7bi em ajuda ao Continente<sup>95</sup>.

Em 1982 o Premier Zhao Ziyang visitou 11 países da África e anunciou 4 princípios sobre a Cooperação Técnica e econômica sino-africana, reforçando os princípios apresentados por Zhou Enlai em 1964. No final dos anos 1980, dos 51 países africanos independentes, 47 mantinham relações diplomáticas com a China, contra 44 na década de 1970.

Na seqüência dos acontecimentos, os eventos de Tiananmen se configuraram entre os momentos de isolamento internacional da China rompido apenas graças ao suporte oferecido pela África. Vários países africanos<sup>96</sup> manifestaram apoio e simpatia à China declarando que os eventos na Praça da Paz Celestial diziam respeito a assuntos internos chineses e que eram contrários a qualquer intervenção no País. Ademais, “diversos líderes africanos han apoyado a China por Haber reprimido las manifestaciones estudiantiles, criticando la intervención extranjera en los asuntos chinos y subrayando el derecho de los países em vías de desarrollo a gobernarse a si mismos”<sup>97</sup>.

O primeiro chefe de Estado estrangeiro a visitar a China no pós-Tiananmen foi o presidente de Burkina Faso que, seguido pelos presidentes de Burundi, Uganda, Togo e Mali, ajudaram a China a enfrentar um dos momentos mais difíceis na história da RPC. Apesar de alguns autores afirmarem que a década de 1980 foi a década da negligência da África pela China devido às reformas internas, o pós Tiananmen mostrou que a África é um suporte útil na disputa com outros atores globais e um campo para expandir sua influência em detrimento da de Taiwan.

O pós-Tianamen estendeu-se por anos e a fidelidade africana também: a cada ano, desde 1990, por ocasião da Assembléia da Comissão dos Direitos Humanos das Nações

<sup>94</sup> ZHANG HONG-MING, 2004, p. 254.

<sup>95</sup> OLIVIRA, 2008, p. 366.

<sup>96</sup> Egito, Angola, Quênia, Mauritània, Gana, Togo e Gabão são alguns exemplos.

<sup>97</sup> MARTINS, 2005, p. 260.

Unidas, os países ocidentais apresentavam projetos de resolução “antichineses”, tentando intervir nos assuntos internos da China através de 11 moções, entre 1990 e 2004, condenando os abusos aos Direitos Humanos. Graças ao apoio da África, a tentativa dos países ocidentais foi derrotada durante sete anos consecutivos, forçando a maior parte dos países ocidentais a declarar que não mais apresentariam propostas contra a China. Além disso, antes mesmo da Convenção da ONU sobre os Direitos Humanos em 1993, os países asiáticos se reuniram em Bangkok, sob iniciativa chinesa, e aprovaram uma declaração sobre os valores asiáticos<sup>98</sup>.

Finally, there are political factors operating as part of what is styled ‘win-win cooperation’. Since helping China gain admission to the UN, African states have supported China (including in the years following 1989) in different multilateral settings<sup>99</sup>.

Tratava-se de uma vitória da diplomacia chinesa, obtida graças ao apoio dos países africanos e do Terceiro Mundo, isto é, o reflexo de décadas de parceira político-econômica, demonstrando ao mundo que Pequim possui uma verdadeira coalizão de países a seu favor, com direito a voto no sistema das Nações Unidas. Contudo, essa realidade tem despertado outros atores no Continente interessados no bloco de poder que os países africanos representam. “Africa is becoming one of the unspoken battlegrounds for votes on Security Council reform<sup>100</sup>”.

Two additional political dynamics in China’s wider foreign policy are also at work in the African context. The first is China’s strategic competition with Japan’s UN Security Council aspirations, in which African state votes would play a role. Beijing’s ability to marshal African support against Tokyo’s aims was seen at the Asian African Summit in April 2005, where Chinese lobbying blocked an endorsement of a Japanese seat. However, the second area is more prominent, even if it is receding in importance for Beijing compared to the past. The One China principle, the fundamental exception to China’s ‘no-strings attached’ policy, has seen the Chinese government use African support in its cross-Straits campaign<sup>101</sup>.

No terceiro período de engajamento chinês no Continente, os países africanos adotaram uma série de medidas para desenvolver as economias nacionais abrindo-se ao comércio internacional e reformando acordos bilaterais e multilaterais. Os interesses econômicos passaram a ocupar um lugar primordial na sua política exterior, incentivando Pequim a encorajar *joint ventures* e estender a cooperação econômica em todos os níveis,

<sup>98</sup> MARTINS, 2005, p. 279.

<sup>99</sup> ALDEN; LARGE; OLIVEIRA, 2008, p. 05.

<sup>100</sup> RAINE, 2009, p. 50.

<sup>101</sup> ALDEN; LARGE; OLIVEIRA, op. cit., p. 05.



além de fortalecer a presença dos líderes chineses no continente, principalmente depois que os episódios de Tiananmen deixarem claro a importância política da parceria China-África.

Between 1989 and 1992, Foreign Minister Qian Qichen visited 14 African countries. With his 1991 visit, Qian began the convention, still observed today, that Chinese foreign ministers start their year with a tour of Africa. Post-Tiananmen, the extension of invitations to African leaders and officials came back into vogue, with these leaders finding themselves courted for their continued favour and rewarded for their loyalty with considerable ceremony<sup>102</sup>.

Nesse período, Taiwan começou a fazer algum progresso nas relações com os países africanos através do Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Econômica Internacional (IECDF), por meio do qual Taipei conseguia reconhecimento diplomático mediante ofertas privadas e suporte financeiro, o que tem se tornado particularmente atrativo para os países mais pobres da América Latina e da África. Como consequência, na década de 1990, seis países africanos (Burkina Faso, Gâmbia, Senegal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Chade e Libéria) romperam relações diplomáticas com a China e reataram com Taiwan. Essa competição diplomática ficou conhecida como a “diplomacia do dólar” – praticada por Taiwan.

Ainda na década de 1990, a implacável busca pelo desenvolvimento econômico fez a China passar de exportadora para importadora de petróleo, e hoje é a segunda maior consumidora<sup>103</sup> e importadora<sup>104</sup>, atrás apenas dos EUA nas duas categorias. A necessidade de petróleo tem sido tamanha que, entre 2000 e 2004, a China, sozinha, foi responsável por 40% do aumento de sua demanda global<sup>105</sup>. Além disso, entre 2000 e 2008 o consumo chinês de alumínio, cobre, prata, chumbo, níquel, estanho e zinco cresceu em média 16% ao ano e, desde 2004, as importações de minério de ferro cresceram mais de 27% ao ano. Somente em 2009, a China contribuiu com 25% de todo o crescimento econômico mundial<sup>106</sup>.

Em contrapartida, desde 1995, o petróleo bruto se tornou o principal recurso importado para China da África<sup>107</sup>, que forneceu, até o final de 2007, aproximadamente 30% do total de importações de petróleo da China<sup>108</sup>. As importações de combustíveis chinesas da

<sup>102</sup> RAINE, op. cit., p. 47.

<sup>103</sup> Ranking mundial, consumo de petróleo. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2174rank.html>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

<sup>104</sup> Ranking mundial, exportações de petróleo. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2175rank.html>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

<sup>105</sup> MARKS, 2007, p. 05.

<sup>106</sup> RICHARDSON, 2010, p. 01.

<sup>107</sup> NAIDU, 2007, p. 42.

<sup>108</sup> JIANG, 2008, p. 53.

África aumentaram de US\$10bi em 2004 para US\$38,5bi em 2008, um aumento de 280%, em apenas quatro anos<sup>109</sup>. O comércio China-África é dominado por este recurso que contribui para uma balança comercial favorável ao Continente Africano.

In 2005, sub-Saharan Africa had a \$5.9bn trade surplus with China. If oil sales are subtracted from this figure, the region is left with a \$7.3bn trade deficit. One World Bank report suggests that petroleum accounted for as much as 80% of China's imports from sub-Saharan Africa in 2006<sup>110</sup>.

Não por coincidência, até 2008, nove dos 10 maiores parceiros comerciais da China na África eram países produtores de petróleo<sup>111</sup>. Mas esses passos rumo a novas fontes e a novos investimentos que possibilitem o acesso de Pequim ao petróleo africano são parte de uma estratégia que tem possibilitado à China maior participação na economia do Continente.

China's global oil strategy has three basic elements: i) differentiate Chinese initiatives from those offered by the Western governments and their oil companies; ii) leverage China's comparative advantages while downplaying its disadvantages; iii) focus on those countries in which there was a high probability that oil reserves would grow and where China could negotiate arrangements that catered to its long-term interests<sup>112</sup>.

As companhias petrolíferas chinesas que operam na África têm uma importante vantagem em garantir contratos sobre outras empresas estrangeiras: por serem estatais, desfrutam da poderosa proteção do Estado. Além disso, o apoio do governo central para as SOEs (*State-Owned Enterprises*) tem sido importante na direção de FDI (*Foreign Direct Investment*) à África, sendo os países ricos em recursos naturais os principais destinos de tal investimento, com 50-80% do FDI chinês direcionado a Angola, Sudão, Chade, Guiné Equatorial, Nigéria e África do Sul<sup>113</sup>. No ranking mundial da produção de petróleo<sup>114</sup>, Nigéria, por exemplo, ocupa o 10º lugar e, no ranking dos exportadores<sup>115</sup>, a 8ª colocação. Já Angola ocupa a 16ª e a 14ª posições de produtora e exportadora mundial, respectivamente.

Apesar de o Sudão, um dos primeiros países africanos a estabelecer relações diplomáticas com Pequim, não estar entre os 10 primeiros (ocupa o 31º e o 35º lugar no

<sup>109</sup> RICHARDSON, 2010, p. 03.

<sup>110</sup> RAINE, 2009, p. 35.

<sup>111</sup> TAYLOR, 2007, p. 11.

<sup>112</sup> LEE; SHALMON, 2008, p. 111.

<sup>113</sup> ALDEN; LARGE; OLIVEIRA, 2008, p. 08.

<sup>114</sup> Ranking mundial, produção de petróleo. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2173rank.html>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

<sup>115</sup> Ranking mundial, exportação de petróleo. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2176rank.html>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

ranking da produção e exportação mundial, respectivamente), os investimentos chineses em projetos de infra-estrutura alcançaram US\$15bi<sup>116</sup>, fazendo da China o maior parceiro comercial do Sudão<sup>117</sup>. O comércio bilateral sino-sudanês iniciou-se na década de 1990 e teve o fornecimento de armas para Cartum como traço marcante desse período. Ademais, a produção de petróleo no Sudão equivale a 70% da receita do governo, e suas exportações de petróleo para Pequim representam dois terços da produção total<sup>118</sup>.

Dos países africanos que possuem reservas de petróleo – Gabão, Nigéria, Guiné Equatorial, Congo, Sudão, África do Sul e Angola – poucos exportam para a China, mas a quantidade dos que importam é maior. Além das indústrias petrolíferas, as empresas têxteis estão investindo pesadamente no Continente e o petróleo não é o único recurso que figura nas importações da China. Pelo contrário, Pequim depende em 80% das importações de cobalto e 40% das de manganês<sup>119</sup>.

Em 1996, ano em que se consolidou na China a idéia de uma grande estratégia para o regime, pela primeira vez, o presidente da RPC visita oficialmente o Continente. Na ocasião propôs na Organização da União Africana (hoje União Africana), em Adis Ababa, o início de uma parceria estratégica China-África, lançando o *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC), formalmente instalado em 2000. O Fórum foi designado como um veículo para conceituar, criar estratégias e projetar os interesses da política externa chinesa na África<sup>120</sup>. Até o fim de 1999, dos 53 países africanos, 45 tinham estabelecido e mantido relações diplomáticas com a China.

In order to further strengthen the friendly cooperation between China and Africa under the new circumstances, to jointly meet the challenge of economic globalization and to promote common development, and in light of suggestions of some African countries, the Chinese Government made the proposal on the convocation of the Forum on China-Africa Cooperation---Ministerial Conference Beijing 2000, which was positively responded to by the vast number of African countries<sup>121</sup>.

---

<sup>116</sup> RAINE, 2009, p. 184.

<sup>117</sup> TAYLOR, 2007, p. 18.

<sup>118</sup> RAINE, op. cit., p. 184.

<sup>119</sup> RAINE, 2009, p. 38.

<sup>120</sup> DAVIES, 2008, p. 142.

<sup>121</sup> Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/lttda/ltjj/t157569.htm>>. Acesso em: 13 de novembro de 2011.

## 2.4. A Estratégia Chinesa na África no Século XXI

*The watershed event in Sino-African relations was the elaborate Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) summit held in Beijing in November 2006*<sup>122</sup>

A Primeira Conferência Ministerial do FOCAC aconteceu em Pequim em outubro de 2000, contando com a participação de cerca de 80 ministros de 44 países africanos e representantes de 17 organizações regionais e internacionais. A conferência traçou o rumo para o desenvolvimento de uma nova parceria, estável e de longo prazo com igualdade e benefício mútuo entre a China e os países africanos<sup>123</sup>. Na ocasião, Pequim comprometeu-se em reduzir ou cancelar a dívida no valor de 10 bilhões de iuanes, ou seja, US\$1,2bi de dólares, de 31 países africanos nos próximos dois anos.

A Segunda Conferência Ministerial, que teve como tema “*Pragmatic and Action-Oriented Cooperation*”, foi realizada em Addis Ababa, Etiópia, em dezembro de 2003, quando o *Addis Ababa Action Plan (2004-2006)* foi aprovado. Mais de 70 ministros da China, representantes de 44 países africanos, representantes de algumas organizações internacionais e regionais participaram da conferência, inclusive o Presidente Alpha Oumar Konaré da Comissão da União Africana e o representante do Secretário geral da ONU.

Nesta conferência foi reconhecida a importância dos investimentos em infra-estrutura, sendo ressaltado que infra-estruturas subdesenvolvidas representam um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social da África. Como a maior parte dos investimentos chineses é destinada a infra-estrutura, a RPC não tem dificuldade em atender às necessidades do Continente, inclusive no campo social: em 2005 foi estabelecido o Centro Internacional de Redução da Pobreza em Pequim, que no ano seguinte sediaria uma conferência internacional com especialistas da África, Ásia e América Latina. Além disso, com o “*no-question-asked policy*” e o “*no attaching*”, os países africanos ficaram mais receptivos à presença chinesa na África. Em 2005, a maioria da ajuda externa chinesa, totalizando US\$950 milhões, beneficiou mais de 50 países africanos<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> JIANG, 2008, p. 52.

<sup>123</sup> Discurso do presidente chinês Jiang Zemin na ocasião da Primeira Conferência Ministerial do FOCAC, outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltda/dyjbzjhy/CI12009/t157577.htm>>. Acesso em: 13 de novembro de 2011.

<sup>124</sup> JIANG, 2008, p. 52.

[...]China agrees to continue to provide, in light of China's financial position and economic development, economic assistance to African countries without attaching any political conditions and increase grant assistance as may be appropriate for projects to be agreed by both sides<sup>125</sup>.

A Terceira Conferência Ministerial do FOCAC foi realizada em Pequim, em novembro de 2006<sup>126</sup>, *the Year of Africa*, celebrando o 50º aniversário dos laços diplomáticos formais sino-africanos<sup>127</sup>. Pequim recebeu representantes de alto nível de 48 países africanos, acompanhados de 1.500 empresários. O conjunto de compromissos anunciados na cúpula foi indiscutivelmente impressionante, demonstrando claramente o profundo papel político e econômico da China no Continente e o papel central que a África vai desempenhar no futuro econômico de Pequim<sup>128</sup>.

Os ministros presentes, declarando estar satisfeitos com o cumprimento fiel dos compromissos do Plano de Ação (2004-2006) aprovado na Segunda Conferência Ministerial<sup>129</sup>, lançaram novas metas, dentre elas: i) fornecer US\$3bi em empréstimos preferenciais e US\$2bi em créditos preferenciais para a África; ii) Criação de um Fundo de Desenvolvimento China-África cujo valor total será alcançar gradualmente US\$ 5bi; iii) Construir um centro de conferências para a União Africana; iv) cancelar todos os débitos relativos a empréstimos governamentais sem juros que venceram no final de 2005 dos países africanos menos desenvolvidos mais endividados que mantêm relações diplomáticas com a China e v) Estabelecer entre três e cinco Zonas de Cooperação Econômica e Comercial na África.

Os “‘safe heavens’ for Chinese capital”<sup>130</sup>, mais conhecidos como Zonas Econômicas Especiais, “janelas” da reforma econômica chinesa, estariam, a partir de agora, a proporcionar uma maior abertura econômica na África. A primeira delas foi estabelecida na Zâmbia<sup>131</sup>, em fevereiro de 2007, em uma região rica em cobre, funcionando como um meio de atrair mais negócios e investimentos para o Continente.

<sup>125</sup> *Action Plan*, Segunda Conferência Ministerial do FOCAC, dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltda/dejbjzjhy/DOC22009/t606801.htm>>. Acesso em: 16 de novembro de 2011.

<sup>126</sup> Em janeiro do mesmo ano havia sido publicado o primeiro Livro Branco sobre as Relações China-África – “China’s Africa Policy”.

<sup>127</sup> O primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com Pequim foi o Egito, em 1956.

<sup>128</sup> NAIDU, 2007, p. 41.

<sup>129</sup> *Action Plan*, Terceira Conferência Ministerial do FOCAC, novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltda/dscbjzjhy/DOC32009/t280369.htm>>. Acesso em: 16 de novembro de 2011.

<sup>130</sup> DAVIES, 2008, p. 141.

<sup>131</sup> Outras Zonas em Moçambique, Maurício e Angola.

The contemplated zones follow China's own development model for its now fast-growing southeastern hinterland [...]. They also imply technology transfer, mostly from China. [...] Already, mostly outside of these special zones, more than 800 state-owned Chinese enterprises have set up operations in Africa. The special zones, in other words, are integral to China's grand design for Africa and for the developing world more generally. China is expanding everywhere in this manner, not only in Africa [...]<sup>132</sup>.

O principal objetivo destas Zonas é proporcionar um ambiente no qual as empresas chinesas ali localizadas desfrutem de incentivos fiscais e investimentos, minimizando a extensão dos riscos e oferecendo um grau de proteção do Estado através de acordos governo-a-governo, além de prestar assistência às empresas chinesas para permear em mercados e regiões intocáveis pela economia internacional. O pioneirismo chinês no estabelecimento de zonas econômicas para atrair investimentos externos ao Continente Africano foi o resultado de um projeto interno bem sucedido que, posteriormente, foi “exportado” para a África.

They provide liberalized investment environments focused on strategic industries to attract foreign companies. [...] investing companies enjoy preferential economic policies is by no means unique. [...] What makes this new developmental model unique is that has been initiated on the African continent by the government of the People's Republic of China<sup>133</sup>.

A realização em Shanghai, em Maio de 2007, do encontro anual do Banco de Desenvolvimento Africano (*African Development Bank – ADB*) foi um dos resultados<sup>134</sup> do FOCAC de 2006. O banco reconheceu o papel da China na África ao realizar o encontro anual do ADB fora do Continente, isto é, na China, membro não-regional do ADB desde 1985<sup>135</sup>. Nesse mesmo ano, foram assinados acordos para o perdão das dívidas de 33 países menos desenvolvidos da África<sup>136</sup> e em 2008 Pequim já havia perdoado o débito de 32 deles, cumprindo as promessas feitas em 2006<sup>137</sup>.

A Quarta Conferência Ministerial do FOCAC ocorreu em novembro de 2009 em Sharm El Sheikh, Egito. Na ocasião, representantes de 49 países africanos se reuniram com ministros responsáveis pela política externa e pela cooperação econômica da China,

<sup>132</sup> ROTBERG, 2008, p. 07.

<sup>133</sup> DAVIES, 2008, p. 137.

<sup>134</sup> Em 2007, a China formulou ou um novo acordo de empréstimo ou acordos de cooperação econômica e técnica com cada país africano que possuía relações diplomáticas. Em 2008 assinou acordos de ajuda bilateral com 48 dos 53 países e acordos de empréstimos em condições favoráveis com 22. In: RAINE, 2009, p.27.

<sup>135</sup> RAINE, 2009, p. 177.

<sup>136</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 366-367.

<sup>137</sup> LI ANSHAN, 2008, p. 33.

demonstrando que o Fórum cresceu em força e mostrou grande vigor e vitalidade ao longo dos últimos nove anos desde a sua criação.

Assim, “satisfeitos com a implementação completa e eficaz do Plano de Ação (2007-2009) aprovado na Cimeira de Pequim<sup>138</sup>”, a China comprometeu-se, no decorrer dos próximos três anos: i) enviar 50 equipes de tecnologia agrícola para a África e ajudar a treinar 2.000 técnicos agrícolas para os países africanos; ii) aumentar o Fundo de Desenvolvimento China-África para US\$3bi; iii) fornecer US\$10bi de empréstimos preferenciais aos países africanos, que serão utilizados principalmente em projetos de infra-estrutura e desenvolvimento social e, iv) cancelar dívidas de empréstimos sem juros dos governos que vencem até o final de 2009, devida por todos os países menos desenvolvidos altamente endividados da África que possuem relações diplomáticas com a China<sup>139</sup>.

A habilidade de utilizar as relações econômicas como um meio para alcançar objetivos políticos e servir-se das vantagens políticas para desenvolver acordos econômicos é uma grande estratégia que a China tem desempenhado no Continente Africano desde a década de 1950. Trata-se de uma cooperação pragmática para benefícios mútuos, que favorece o desenvolvimento socioeconômico da África e garante o acesso da China a recursos vitais para sua economia mediante uma diplomacia de cúpula que tem como alicerces a cooperação, a igualdade e co-desenvolvimento. Igualdade significa respeito pela soberania e não interferência nos assuntos internos de outros países e co-desenvolvimento significa que tal parceria não acarrete em uma relação de dependência da África para com a China.

Naturally, China's African policy has its own strategic aim, yet one of its starting points was to help African countries eliminate poverty and consolidate their independency. In other words, co-development was the most important principle, and Chinese-African cooperation follows this principle<sup>140</sup>.

<sup>138</sup> *Action Plan*, Quarta Conferência Ministerial FOCAC, novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dsjbzjhy/hywj/t626387.htm>>. Acesso em: 16 de novembro de 2011.

<sup>139</sup> Contribuição de US\$1,5m para apoio a projectos da NEPAD para treinar enfermeiros e auxiliares de maternidade na África; elevação do número de bolsas de estudo governamentais da China e aumentar o número de bolsas oferecidas para a África para 5.500 em 2012; fornecer 500 milhões de yuans em equipamentos médicos e materiais de combate à malária para os 30 hospitais e os 30 centros de prevenção e tratamento da malária construído pela China; conceder isenção de tarifas para 95% das exportações dos países menos desenvolvidos (PMD) que possuem relações diplomáticas com a China.

<sup>140</sup> LI ANSHAN, 2008, p. 32.

### 3. AS RELAÇÕES CHINA-ÁFRICA E O OCIDENTE: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA PARCERIA SINO-AFRICANA

*“In discussions of China’s relations with the African continent, the shorthand may be ‘China-Africa’, but the subtext is invariably ‘China, Africa and the West’<sup>141</sup>.*

*China’s ‘no-strings attached’ policy* tem chamado a atenção internacional não apenas pelo fato de diferenciar-se do modo ocidental de fazer política, mas principalmente pelas conseqüências que, segundo alguns *policymakers* internacionais, tal abordagem tem trazido à boa governança, aos princípios democráticos, aos Direitos Humanos e a economia do Continente Africano. A base da crítica ocidental fundamenta-se no argumento de que, ao não impor nenhuma condição aos empréstimos feitos aos governos, a China estaria apoiando regimes autoritários corruptos à custa dos Direitos Humanos para obter matérias primas, minando as normas de boa governança e aos princípios democráticos, além de encorajar o elitismo, a tirania, a dependência social e a divisão de classes, isto é, reforçando padrões estabelecidos que são desfavoráveis ao desenvolvimento da África.

The emergence of China has raised fears that its non-adherence to the West’s approach of imposing aid conditionalities has the potential to nullify all the progress made in fighting corruption and improving governance in Africa – implying that the problem of corruption in Africa is solely an African problem<sup>142</sup>.

Os Estados Unidos da América são “o único país do mundo a emitir um relatório anual sobre o comportamento de todas as outras nações<sup>143</sup>”. Na nomenclatura de Washington, alguns países africanos são classificados como *rogue states*, mas a China não necessariamente compartilha da mesma visão que o Ocidente, isto é, não vê os países africanos como corruptos ou “párias”. O problema está no fato de que o interesse chinês em financiar certos projetos também serve ao interesse político das elites africanas e, tais elites, visando possibilidade de investimentos futuros, não tardam em conceder à China acesso aos seus recursos naturais.

Por mais que a elite que esteja no poder não utilize de forma fidedigna para com a população os recursos financeiros adquiridos, Pequim não intervém nos assuntos internos de

---

<sup>141</sup> RAINE, 2009, p.08.

<sup>142</sup> ROCHA, 2008, p. 29.

<sup>143</sup> ZAKARIA, 2008, p. 58.



seus parceiros comerciais, não é dever da China ensinar os governantes a governarem. “China’s cultural approach to engaging Africa diverges from the European colonial model of cultural paternalism. Fundamentally, China is not driven by a ‘civilizing mission’ to reform and save African individuals from their perceived primitivity<sup>144</sup>”. Diferentemente da visão ocidental, os chineses não se preocupam com a questão do *state-building* nos seus contatos com a África, trabalham com o governo em posto, sem tentar modificá-lo<sup>145</sup>.

Problematically for the continent’s development, resources obtained from the state or the economy are deployed as the means to maintain support and legitimacy in this system, with the concomitant effect that control of the state is equivalent to control resources, which, in turn, is crucial for maintaining power. Control of the state serves the twin purposes of lubricating the patronage networks and satisfying the selfish desire of elites to enrich themselves, often in quite spectacular fashion<sup>146</sup>.

A crítica, nesse sentido, volta-se para as autoridades locais, para que estas administrem bem os recursos disponíveis de maneira que eles estejam também, disponíveis para as próximas gerações. Ademais, a exploração dos recursos naturais na África é uma questão delicada, pois não podemos esquecer que estamos falando de uma região que ainda enfrenta problemas como a falta de alimentos, conflitos sociais etc. A área da segurança alimentar está repleta de complexas questões diplomáticas e problemas potenciais como, por exemplo, a perspectiva do alimento ser exportado de uma parte de um país enquanto a outra parte enfrenta severa escassez. Além disso, as nações africanas possuem sistemas administrativos fracos e suas exportações dependem pesadamente de recursos naturais.

It would be in Africa’s best interest to use the opportunity presented by the greater interest in the continent’s natural resources to put in place adequate policies, laws, regulations and systems to effectively manage not only the act of extracting resources but also the manner in which the products of the extraction processes are managed. This should include the inflow and outflow of goods and capital so as to stem the continued undermining of the economic interest of African states, be it by China or any other interested parties<sup>147</sup>.

Contudo, não se pode dizer que os objetivos estratégicos perseguidos pelos chineses sejam o oposto dos buscados por outras nações. Os EUA, maiores consumidores de energia do mundo, lançaram, na administração de Clinton, o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) no intuito de alcançar os mercados africanos e ter acesso aos seus recursos naturais. O AGOA tem como objetivo “oferecer incentivos tangíveis para os países africanos

---

<sup>144</sup> RUPP, 2008, p. 77.

<sup>145</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 349.

<sup>146</sup> TAYLOR, 2009, p. 12.

<sup>147</sup> ROCHA, 2007, p. 28.

continuarem seus esforços em abrir suas economias e construir mercados livres<sup>148</sup>”, demonstrando a relevância da África para as relações exteriores comerciais dos EUA.

Como ambos têm os mesmos objetivos no Continente – assegurar o acesso às vastas fontes de energia e matérias-primas – também é do interesse de ambos a manutenção de um ambiente geopolítico estável que lhes propicie o alcance de seus objetivos<sup>149</sup>. A diferença está no fato de que, tradicionalmente, e não apenas na África, os EUA, comportam-se como líderes hegemônicos do mundo, buscam ter voz sobre quem vai dirigir tal ou qual país. Já os chineses, extremamente ciosos da defesa da soberania nacional, procuram trabalhar com os regimes africanos como a história permite ou permitiu que eles fossem, exigem apenas que o outro lado não mantenha relações diplomáticas com Taiwan<sup>150</sup>.

[...] the US and France, have supported dictators and financed conflicts when it has clearly been in their interest. This is part of why China’s message and strategy resonates so strongly with many African nations and leaders, the appeal of their principle of non-interference in the affairs of sovereign states. One can safely say that the behavior of the Western powers on the African continent has been two-faced and hypocritical, as they have supported regimes just as corrupt if not more than those they accuse China of supporting. It is a fact that Western governments and multinationals knowingly gone about business practices that used militias and child soldiers as a means to extract natural resources<sup>151</sup>.

Pequim tem cultivado um relacionamento duradouro e firme com quase todo o continente, conferindo-lhe grande flexibilidade para lidar com os desafios da região. A postura chinesa, tanto política como econômica, é facilitadora do engajamento chinês na África o que traz um retorno maior do que o do Ocidente, preocupado com a boa governança e com a democracia. Assim, o Ocidente, diante desta realidade – apesar de ter uma maior participação comercial na África, está disposto a inibir o crescimento chinês na região, e suas armas são a democracia e os direitos humanos.

El gigante asiático es mucho menos exigente o, más bien, exacerbadamente pragmático con sus socios en cuanto a transparencia, buen gobierno y responsabilidad. Há reforzado sus vínculos con aquellos regímenes que experimentan dificultades para recibir ayuda occidental por sus reiteradas violaciones de los Derechos Humanos, como es el caso de Zimbabue y Sudán<sup>152</sup>.

<sup>148</sup> A peça central da política comercial do governo dos EUA com a África subsaariana. Em junho deste ano (2011) Zâmbia sediou o *African Growth and Opportunity Act*, marcando o 10º ano do AGOA. Disponível em: <<http://www.agoa.gov/index.asp>>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

<sup>149</sup> JIANG, 2008, p. 62.

<sup>150</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 345.

<sup>151</sup> RICHARDSON, 2010, p.06.

<sup>152</sup> ENCINA, 2006, p. 05.

Com relação aos Direitos Humanos, a concepção de Pequim não é a mesma da do Ocidente. Um dos pontos ressaltados no *Action Plan* de 2006<sup>153</sup> foi justamente o apelo de que o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas respeite o contexto histórico, cultural e religioso de todos os países e regiões e tenha o compromisso de avançar no diálogo entre diferentes civilizações, culturas e religiões. Ademais, o Conselho deve colocar ênfase na igualdade de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, com prioridade para o direito ao desenvolvimento, cuidando para que questões de Direitos Humanos não sejam politizadas, já que os Direitos Humanos são uma criação Ocidental, inapropriados para a China ou Ásia<sup>154</sup>. Pequim tem uma política independente e autônoma, apoiando-se pragmaticamente em outros países ou grupos de países que partilham da mesma concepção.

A clear impediment to any Chinese role in limiting human rights abuses in African countries is China's firm stand on the nonuniversality of human rights, in particular its resistance to the imposition of international human rights standards on its own behavior and on the application in African incurs a political and sometimes economic cost. As long as China has a significant economic and strategic interest in African countries that are prone to human rights abuses, it is unlikely to sacrifice that interest to follow standards to which it does not subscribe, unless the cost of noncompliance increases to the point where it becomes damaging economically – for instance, as a result of 'naming and shaming'<sup>155</sup>.

Os conflitos na região de Darfur, Sudão, tiveram início em 2003 e ganharam repercussão mundial desde então. Quando grupos rebeldes iniciaram a Guerra Civil, o governo sudanês foi acusado de apoiar um dos lados reprimendo violentamente a oposição. Assim, munido de armas vendidas pela China, o governo do Sudão foi criticado internacionalmente por violações aos Direitos Humanos, sendo alvo de sanções<sup>156</sup>. Registros da ONU mostram que as transferências de armas chinesas para o Sudão em 2005 foram de US\$23 milhões, tornando-a maior fornecedora de armas para o Sudão nos últimos tempos e, de longe, o maior fornecedor de armas pequenas<sup>157</sup>.

O argumento ocidental está mais voltado para o fato de que, indiretamente Pequim estaria financiando abusos aos Direitos Humanos e ao não intervir estaria contribuindo para a perpetuação do conflito, pois ao fornecer serviços de segurança diretamente a uma nação, ou até mesmo construções de infra-estrutura que permitem a manutenção do regime repressivo

<sup>153</sup> *Action Plan*, Terceira Conferência Ministerial do FOCAC, novembro de 2006. Disponível em: < <http://www.focac.org/eng/lttda/dscbzjhy/DOC32009/t280369.htm> >. Acesso em: 20 de novembro de 2011.

<sup>154</sup> BROWN; SRIRAM, 2008, p.252.

<sup>155</sup> *Ibid*, p. 265.

<sup>156</sup> “[...] except for the United States, neither the UN, regional organizations, nor other countries use “genocide” to describe the situation in Darfur”. In: LI ANSHAN, 2008, 38.

<sup>157</sup> RAINE, 2009, p. 167.

no poder, a China também é responsável pelas atrocidades<sup>158</sup>. Críticos argumentam que sem o suporte de tais investimentos os governos africanos seriam obrigados a mudar o seu comportamento. Contudo, por respeito à política de não interferência nos assuntos domésticos, Pequim afirma veementemente ser contra qualquer interferência diplomática ou intervenção militar no Sudão. O posicionamento de Pequim nada mais é do que pragmático:

The reasons behind China's attachment to the position are connected to the 'three Ts' of Tibet, Taiwan and Tiananmen. They also reflect China's traumatic historical experience of foreign intervention and the CCP's use of the notion of natural sovereignty in its struggle against the KMT. As a result, even where sizeable investments and a personnel presence on the ground in an unstable region might be thought to give the Chinese state an interest in conflict mediation, the CCP is reluctant to show much enthusiasm for taking a more active part in international conflict-resolution efforts<sup>159</sup>.

Da mesma forma ocorreu no Zimbábue, em 2007, quando o presidente Robert Mugabe reprimia a oposição democrática. O governo, também munido de material bélico fornecido pela China, recebeu críticas internacionais acerca de violações aos Direitos Humanos. Os EUA e o Reino Unido solicitaram à União Africana uma intervenção, mas a UA não interferiu nos assuntos internos. Em contrapartida, Mugabe recebeu apoio das nações africanas que pediram às potências ocidentais que desistissem de suas sanções contra o Zimbábue.

Countries, that vary from one another in social system, stages of development, historical and cultural background and values, have the right to choose their own approaches and models in promoting and protecting human rights in their own countries. Moreover, the politicisation of human rights and the imposition of human rights conditionalities on economic assistance should be vigorously opposed to as they constitute a violation of human rights<sup>160</sup>.

O campo comercial é outro alvo de críticas nas relações China-África. A África está exportando petróleo e outras matérias-primas para China enquanto importa produtos chineses, uma troca notavelmente similar àquela do período colonial, inundando o continente de produtos manufaturados de baixo valor enquanto mantém um olho fechado para seus governos autocráticos. Neste caso, os críticos alertam para o fato de que tais circunstâncias podem levar as economias africanas a depender unicamente da exportação de matérias primas, relação similar à época de colonização no Continente.

---

<sup>158</sup> ROTBERG, 2008, p. 14.

<sup>159</sup> RAINE, 2009, p. 154.

<sup>160</sup> Declaração do governo chinês na ocasião da Primeira Conferência Ministerial, outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/lttda/dyjbzjhy/DOC12009/t606796.htm>>. Acesso em: 13 de novembro de 2011.

Africa sells raw materials to China and China sells manufactured products to Africa. This is a dangerous equation that reproduces Africa's old relationship with colonial powers. The equation is not sustainable for a number of reasons. First Africa needs to preserve its natural resources to use in the future for its own industrialization. Secondly China's export strategy is contributing to the de-industrialization of some middle-income countries...it is in the interests of both Africa and China to find solutions to these strategies<sup>161</sup>.

Contudo, as características distintas de se engajar na África – não interferência nos assuntos internos e a ausência de condicionalidades – frequentemente posiciona a China como sendo percebida menos má dentre as grandes potências que já interagiram com o continente. Com 53 países, a África possui a maior concentração de nações em desenvolvimento, sendo o principal campo de teste para o Consenso de Pequim<sup>162</sup>.

O extenso suporte que Pequim fornece as estatais do petróleo que atuam na África é controverso, pois os contratos dos investimentos em infra-estrutura sempre são atribuídos a companhias chinesas que são acusadas de usar a mão-de-obra barata nacional ao invés de criar novas oportunidades de emprego para os africanos. Numa perspectiva comercial, companhias ocidentais reclamam que a habilidade da China em conectar investimentos do petróleo em assistência financeira de governo-governo dada as suas companhias é uma vantagem injusta, resultando em competição desleal por contratos, já que a China tem um forte poder de persuasão, pois a ajuda frequentemente vem em forma de empréstimos e não de subsídios. Onde as potências ocidentais e empresas estrangeiras muitas vezes evitam entrar ou se retiram de países com baixos índices de Direitos Humanos, a China pode facilmente se posicionar com vantagem.

Chinese SOEs are able to invest in places where large international companies are prevented from working by shareholder pressure over ethical or political issues, and where smaller foreign companies cannot operate because they lack financing or state support<sup>163</sup>.

Com relação aos empréstimos, tendo em vista os seus termos atrativos no curto-prazo – juros baixos etc. – a preocupação está em torno do longo prazo, pois ao conceder empréstimos generosos Pequim estaria encorajando os líderes africanos a adquirirem ainda mais dívidas que sufocarão as próximas gerações, ampliando o subdesenvolvimento e a marginalização da África do processo de globalização. Embora a China tenha perdoado bilhões em débitos dos países africanos, mais pacotes de empréstimos negociados sob taxas

---

<sup>161</sup> MARKS, 2007, p. 05.

<sup>162</sup> SAUTMAN, 2006, p. 18.

<sup>163</sup> RAINE, 2009, 122-123.

desfavoráveis põem em perigo tanto as mais fortes taxas de crescimento no continente desde a independência e até os benefícios do cancelamento de débito original. Contudo, os líderes africanos não vão ser facilmente persuadidos com promessas de ajuda daqueles que tem a boa governança e a democracia como condicionalidades, pois contrariamente às suposições de alguns no Ocidente, não são apenas os líderes de estados pária que são atraídas pela ajuda “sem condições” da China<sup>164</sup>.

[...] the key difference with IMF and World Bank aid is the lack of conditionality with regard to political and economic reforms attached to the loans. Unlike the IMF and the World Bank, the Chinese do not factor in human rights, democracy or economic reforms when doing business with or lending to African nations<sup>165</sup>.

Diante das acusações de que os interesses chineses na África estariam centrados apenas na aquisição de recursos e que esses interesses são buscados agressivamente sem preocupações para o impacto nos parceiros chineses, passos estão sendo tomados para encorajar uma nova visão do histórico de negociações sino-africano. Foi com esse intuito que em fevereiro de 2007 ao fazer seu tour pela África, o president Hu Jitao escolheu como destino Senegal, Malí, Tanzânia e Ilhas Maurício, pois nenhum destes quatro países é geralmente visto como importantes em termos de recursos<sup>166</sup>. Coincidência ou não, todas são nações democráticas. A China é estratégica, cada passo dado é – literalmente – calculado minuciosamente e visa alcançar um objetivo: melhorar a imagem da China no Ocidente diante da avalanche de acusações que Pequim vem sofrendo. “[...] its ability to adjust its diplomatic and economic strategy and to do so quickly and effectively is impressive<sup>167</sup>”.

As preocupações ocidentais parecem estar mais centradas no receio da ascensão da *desafiante*<sup>168</sup> do que com a exploração de recursos *per se*, ou com os direitos humanos, ou ainda com a boa governança e os valores democráticos. Sempre há a tendência em enxergar a “ameaça” econômica da China, subestimando, por outro lado, os avanços diplomáticos e culturais que se acumulam. “It appears at times, that the criticism raised towards China is more an indicator of an increasing fear of losing out on one’s own interests than motivated by a genuine concern for the African people<sup>169</sup>”.

---

<sup>164</sup> Ibid, p. 200.

<sup>165</sup> RICHARDSON, 2010, p. 06.

<sup>166</sup> RAINE, 2009, p. 31.

<sup>167</sup> LEE; SHALMON, 2008, p.132.

<sup>168</sup> ZAKARIA, 2008, p.99.

<sup>169</sup> TAYLOR, 2007, p. 08.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do engajamento sino-africano, o fator político tem sido característica marcante desta relação. A presença da China no Continente não se justifica apenas, como alguns críticos sugerem, pela busca de recursos naturais em uma empreitada neocolonial, pois antes mesmo de os recursos figurarem como necessidade crucial para a segurança e o desenvolvimento da RPC, esta já possuía uma parceria de longa data com os países africanos.

Em cada década, as necessidades africanas pareciam corresponder aos interesses chineses, e nessa equação de compatibilidade de objetivos, a reciprocidade e o apoio mútuo no sistema internacional são os reflexos de uma parceria que, desde o início, diferenciava-se do modo como outras potências interagiam com a África, seja no tratamento político – a garantia do respeito à soberania, da não-intervenção, da coexistência pacífica e a não interferência nos assuntos internos – seja na concessão de empréstimos em condições favoráveis ou ainda no perdão de dívidas governamentais.

Logo, o fato de a China responder de forma positiva às necessidades Africanas com políticas diferenciadas dos tratamentos de choque das principais instituições financeiras internacionais que agem sob a cartilha do Consenso de Washington e através, principalmente, do “*no-question-asked policy*” e do “*no attaching*”, confere a Pequim a vantagem de poder contar com o apoio da África nas mais diversas questões internacionais, principalmente naquelas em que o posicionamento chinês vai de encontro aos valores ocidentais, sendo este o grande retorno político que, indiretamente, a China tem adquirido desta relação *win-win*, além, é claro, do acesso aos recursos naturais, estrategicamente necessários para a manutenção do ritmo de crescimento econômico chinês.

Esse favoritismo a Pequim tem preocupado os países ocidentais no sentido de que, mesmo que não seja diretamente, a China tem conseguido utilizar de sua influência econômica na África para alcançar resultados políticos importantes, culminando em duras críticas à RPC. Contudo, a favor do posicionamento chinês está a própria história, testemunha de uma tradicional relação amigável entre os altos líderes Estatais e apóio mútuo em momentos de crise. Além disso, as críticas ocidentais são fundamentadas em normas que têm por base valores e concepções ocidentais, mediante um argumento pró-nações africanas, quando na verdade, como exposto anteriormente, os interesses ocidentais não divergem daqueles buscados pela China.

Assim a vantagem política chinesa conferida pelo longo relacionamento com os países africanos, desperta o mundo para o fato de que Pequim tem conseguido se consolidar tanto política como economicamente na África, com uma habilidade incrível que vem desenvolvendo no sentido de que, nem pelo viés ideológico, nem político, muito menos econômico e social, Pequim se deixou abater ou recuou em algum momento desde a década de 1950. Muito pelo contrário, a história dessa parceria é marcada pelo auto-ajuste, pela flexibilização e pela adequação ao contexto internacional de forma a conjugar os interesses internos com as possibilidades existentes na África.

O relacionamento com a África fundado sobre os princípios de coexistência pacífica concebe um caráter inovador de relacionamento dos países africanos com outras potências mundiais. A RPC não interfere e nem tão pouco exige nenhum alimento político-ideológico à Pequim. A liberdade de lidar com suas próprias questões internas sem a intervenção de terceiros faz com que os países africanos se sintam partícipes iguais neste relacionamento, sem hierarquias e sem submissão à ditames político-econômicos estrangeiros.

Diante do contexto apresentado, percebemos, de fato, que a presença da China no Continente Africano tem contribuído econômica e financeiramente com diversos países africanos desde o início da década de 1950. A República Popular da China almeja, em nome dos países do Terceiro Mundo, uma nova ordem internacional multipolar sem hegemonias e, principalmente, sem lideranças mundiais. Para tanto, é natural que busque parcerias com Estados que tenham o mesmo objetivo e partilham dos mesmos interesses. No caso das relações sino-africanas, o passado de não-colonização africana por parte da China representa um fator crucial que permite abertura das portas da África aos chineses. Na prática, tal atitude tem sido vista de forma positiva, uma vez que 49 dos 54 países africanos mantêm relações diplomáticas com Pequim.

Independentemente da quantidade de países que possui, da posição geográfica, dos índices de IDH, dos sistemas políticos ou do montante de recursos naturais disponíveis, o Continente Africano representa um força política não desprezível no cenário internacional. A presença da China, de Taiwan, dos EUA, da UE, do Japão ou de quaisquer outros atores globais no Continente confirma uma assertiva explícita da política internacional do século XXI: *Africa is in play*.



## REFERÊNCIAS

- ALDEN, Chris.; LARGE, Dan; OLIVEIRA, R. S. **China Returns to Africa: Anatomy of an expansive Engagement**. [S.I.]: Real Instituto Elcano, 2008. Disponível em: <[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano\\_eng/Content?WCM\\_GLOBAL\\_CONTENTTEXT=/elcano/elcano\\_in/zonas\\_in/asia-pacific/dt51-2008](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_eng/Content?WCM_GLOBAL_CONTENTTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/asia-pacific/dt51-2008)> Acesso em: 27 de novembro de 2011.
- ANGUIANO, Eugenio. Diplomacia de la República Popular China. In: ANGUIANO, Eugenio (coord.). **China Contemporánea: la construcción de un país, desde 1949**. México. D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, Programa de Estudios APEC, 2001. p.179-284.
- ANGUIANO, Eugenio. Unificación y política exterior de la República Popular China. In: RIOS, Xulio (ed.) **Política Exterior de China: la diplomacia de una potencia emergente**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005. p. 299-320.
- ANGUIANO, Eugenio. China como potencia mundial: presente y futuro. In: CORNEJO, Romer (coord.). **China: radiografía de una potencia en Ascenso**. 1 ed. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2008. p. 19-120.
- BRAUTIGAM, Deborah. China's foren aid in Africa: What do we know? In: ROTBERG, Robert I. (editor). **China into Africa: trade, aid and influence**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.
- BROWN, Stephen; SRIRAM, Chandra L. China's role in human rights abuses in áfrica: clarifying issues os culpability. in: ROTBERG, Robert I. (editor). **China into Africa: trade, aid and influence**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.
- CORNEJO, Romer. China: una revisión de cincuenta años de historia. In: ANGUIANO, Eugenio (coord). **China Contemporánea: la construcción de un país (desde 1949)**. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2008, p. 13-120.
- DAVIES, Martyn J. Special Economic Zones: China's developmental model comes to Africa. In: ROTBERG, Robert I. (editor). **China into Africa: trade, aid and influence**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.
- ENCINA, Carlota C. **La Política africana de Pekín: oportunidad o amenaza?** [S.I.]: Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, 2006.
- GUIMARÃES NETO, S. P. Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores. In: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Nacional – CNPEPI, n. 2, Rio de Janeiro, 2008. **O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário: China, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 11-17.
- HUBRARD, Paul. Chinese Concessional Loans. In: ROTBERG, Robert I. (editor). **China into Africa: trade, aid and influence**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.
- JABBOUR, Elias M. K. “Conceito Científico” e os desafios do desenvolvimento na China de hoje. In: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Nacional – CNPEPI, n. 2, Rio

de Janeiro, 2008. **O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário: China, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p.161-184.

JIANG, Wenran. China's Emerging Strategic Partnerships in Africa. In: ROTBERG, Robert I. (editor). **China into Africa: trade, aid and influence**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

LEE, Henri; SHALMON, Dan. Searching for oil: China's oil strategies in Africa. In: ROTBERG, Robert I. (editor). **China into Africa: trade, aid and influence**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

LI ANSHAN. China's New Policy toward Africa. In: ROTBERG, Robert I. (editor). **China into Africa: trade, aid and influence**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

LU ZHENG. O caminho do desenvolvimento econômico chinês. In: BELLUCCI, B. (org.) **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Candido Mendes, 2004. p.75-99.

MARKS, Stephen. Introduction. In: MARKS, Stephen; MANJI, Firoze. **African Perspectives on China in Africa**. Nairobi–Kenya: Fahamu, 2007.

MARTINS, Dora A. E. China en el liderazgo de los países subdesarrollados. In: RIOS, Xulio (ed.). **Política exterior de China: la diplomacia de una potencia emergente**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005, p.251-284.

MARTINS, Jayme. A era Deng, passo a passo. In: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Nacional – CNPEPI, n. 2, Rio de Janeiro, 2008. **O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário: China, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 65-85.

NAIDU, Sanusha. China-Africa Relations in the 21st century: a “Win-win” Relationship. In: LEE, Margaret C.; MELBER, H.; NAIDU, S.; TAYLOR, I. **China in Africa**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007. p. 41-46.

OLIVEIRA, Amaury. P. A China constrói uma parceria estratégica com a África. In: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Nacional – CNPEPI, n. 2, Rio de Janeiro, 2008. **O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário: China, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 337-373.

OLIVEIRA, H. A. A inserção da China no pós Guerra Fria. In: Cadernos Adenauer. **O mundo 20 anos pós a queda do muro**, ano X, n.2, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 59-72.

PAN-GUANG. Desafios e respostas: perspectivas da estratégia chinesa antiterror e da estratégia de desenvolvimento de energia do além-mar. In: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Nacional – CNPEPI, n. 2, Rio de Janeiro, 2008. **O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário: China, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 245-265.

RAINE, Sarah. **China's African Challenges**. London-UK: Publisher Routledge, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080>>. Acesso em: 11 de agosto 2009.

RIOS, Xulio. Introducción. In: RIOS, Xulio (ed.). **Política Exterior de China: la diplomacia de una potencia emergente**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005, p.13-17.

RIOS, Xulio. China y Taiwan: explorando nuevas relaciones. In: CORNEJO, Romer (coord.). **China: radiografía de una potencia en Ascenso**. 1ed. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2008. p. 597-641.

ROTBURG, Robert I. China's Quest for Resources, Opportunities, and Influence in Africa. In: ROTBERG, Robert I. (editor). **China into Africa: trade, aid and influence**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

RICHARDSON, P. G. **China and Africa: a Mutually Opportunistic Partnership?** [S.I.]: Real Instituto Elcano, 2010.

ROCHA, John. A new frontier in the exploitation of Africa's natural resources: the emergence of China. In: MARKS, Stephen; MANJI, Firoze. **African Perspectives on China in Africa**. Nairobi–Kenya: Fahamu, 2007.

RUPP, Stephanie. Africa and China: Engaging Postcolonial Interdependencies. In: ROTBERG, Robert I (editor). **China into Africa: trade, aid and influence**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

SANTAYANA, Mauro. O Centro do Mundo. In: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Nacional – CNPEPI, n. 2, Rio de Janeiro, 2008. **O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário: China, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 43-64.

SAUTMAN, Barry V. Friends and Interests: Chinas's Distinctive Links with Africa. [S.I.]: DARTON Ltd, 2006.

TAYLOR, Ian. **China's new role in Africa**. Boulder-USA: Lynne Rienner Publishers, 2009.

TAYLOR, Ian. Unpacking China's Resource Diplomacy in Africa. In: LEE, Margaret C.; MELBER, H.; NAIDU, S.; TAYLOR, I. **China in Africa**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007.

YANG, E. E. Mao Zedong y Deng Xiaoping: medio siglo de diplomacia china. In: RIOS, Xulio (ed.) **Política Exterior de China: la diplomacia de una potencia emergente**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005. p. 19-43.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 307p.

Zhang Hong-Ming. A Política Chinesa na África. In: BELLUCCI, Beluce (org.). **Abrindo os olhos para a China**. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: Editora Universidade Cândido Mendes, 2004. p. 233-295.